

ADVERSO

Nº 191 - setembro / outubro de 2011

**Impresso
Especial**

9912271463/2011 - DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS



ISSN 1980315-X



9 771980 315002

0 01 91

PROGRESSO

Governo retrocede na política para servidores públicos

Após assinar Termo de Acordo com a União,
Proifes considera que negociação salarial
obteve poucos avanços

Páginas 8 a 10



Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFCSPA | UFRGS | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**
1º Vice-Presidente - **Claudio Scherer**
2º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**
1ª Secretária - **Maria da Graça Saraiva Marques**
2ª Secretária - **Marilda da Cruz Fernandes**
3º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**
1º Tesoureiro - **Daltro José Nunes**
2º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**
3ª Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

ADVERSO

Publicação bimestral
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Regina Helena van der Laan – Fabico/Ufrgs
Ricardo Schneiders da Silva – Fabico/Ufrgs
Paulo Machado Mors – Instituto de Física/Ufrgs
Renato de Oliveira – IFCH/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**
Reportagens: **Ana Maria Bicca, Luana Fuentefria,**
Marco Aurélio Weissheimer e Michelle Rolante
Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**
Diagramação: **Eduardo Furasté e Mateus Michaelsen**
Ilustração: **Mario Guerreiro**
Arte Final/Tratamento de Imagens: **Julio CC Lima Jr**

Produção e Edição



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO **04**
Programa aprimora ensino universitário

06 **ARTIGOS**

REPORTAGEM **08**
Negociação salarial: poucos avanços
e sinais de retrocesso
por Marco Aurélio Weissheimer

11 **VIDA NO CAMPUS**
Protótipos devem revolucionar medicina
por Ana Maria Bicca

PING-PONG **13**
Luiz Augusto Estrella Faria
"Economia gaúcha não se modernizou"
por Marco Aurélio Weissheimer

18 **LEGISLAÇÃO**
Normas transformam eleições para reitor
em jogo de faz-de-conta
por Maricélia Pinheiro

NOTÍCIAS **20**

21 **OBSERVATÓRIO**

NAVEGUE **22**

23 **ORELHA**

EM FOCO **24**
Projeto Educação pela Sustentabilidade
une professores e alunos
por Ana Maria Bicca

26 **+ UM**

MEMÓRIA **27**
Museu preserva trajetória
de pós-graduação em genética
por Michelle Rolante

30 **ESPECIAL**
Projeto Bicho Amigo vai às comunidades
por Michelle Rolante

POLÊMICA **33**
Contratação de docentes sem títulos
gera discussão no meio acadêmico

34 **PARCERIA**
Incubadora Tecnológica Héstia
ganha nova sede

EDITORIAL

As mudanças do mês de agosto

O que até hoje permanece imutável é a tese de Lavoisier que, no século XVIII sintetizou o resultado de suas observações científicas na frase: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Além de ser a base de toda a química, tornou-se também o fundamento das várias manifestações de criatividade, invenções, descobertas, incluindo a organização da sociedade e até do comportamento humano.

A Adufrgs-Sindical também se transforma, respondendo às solicitações da sua base, da política e da tecnologia. Assim, de representante exclusivo dos professores da Ufrgs, tornou-se representante dos professores da UFCSPA e dos professores dos IFRS – Campi Porto Alegre e Restinga.

E as transformações continuam, conforme o compromisso assumido por esta diretoria, com a contratação de novos planos de saúde, com a compra de área para a construção de nova sede, com o projeto de ampliação da nova subsede do Campus do Vale em andamento, com o fortalecimento de nossa comunicação com os filiados, através de mudanças na página e nos informativos eletrônicos, com as consultas eletrônicas de assuntos de interesse dos filiados e, agora, com a apresentação da nova revista Adverso.

Esta é a primeira edição desta nova fase, com outra apresentação, mais ampla e com matérias tratadas com maior profundidade, com a finalidade de integrar a comunidade em temas de seu interesse e de suscitar a reflexão e o debate sobre a política universitária, a política sindical e a sociedade. Com este novo perfil para a edição gráfica, que passa a ser distribuída bimestralmente, complementam-se as divulgações eletrônicas que são dedicadas para as notícias rápidas e urgentes. Para concretizar este objetivo, além de um Conselho Editorial, foi constituído um Conselho Consultivo do qual participam, voluntariamente, professores filiados a este Sindicato.

O mês de agosto também foi de luta, muita luta! Nas transformações, assim como na química de Lavoisier, nem todas são aquelas que esperamos. As negociações entre os docentes através do Proifes e o governo federal, para discutir as carreiras do MS e do EBTT e reajuste emergencial, não foram tarefas fáceis. O acordo assinado foi o que era possível no momento. Situação compreendida pelos professores de todo o País que aprovaram a sua assinatura.

Mas a atenção e mobilização foram cruciais para estendermos as conquistas a todos. Graças à ação enérgica dos representantes sindicais, foi possível garantir que os professores do EBTT e os professores aposentados também fossem contemplados no acordo. Assim como barramos a tentativa do governo federal de impedir que milhares de colegas da educação básica, técnica e tecnológica pudessem progredir na carreira enquanto a Lei não fosse regulamentada. Nessas reuniões, não poucas vezes observamos o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tentar retirar conquistas.

Entre elas, está a redução dos valores da insalubridade e periculosidade em um Projeto de Lei, o que fará com que nós tenhamos que ir ao Congresso Nacional tentar reverter esta situação. Por outro lado, conquistamos a incorporação no vencimento básico das gratificações (Gemas e GEBTT) e a constituição dos grupos de trabalho, que já iniciaram as discussões para que, até março de 2012, tenhamos uma carreira para o Magistério Superior e da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, não apenas benéficas para nós professores, mas também para toda a sociedade.

Programa da Ufrgs reúne novos professores para discutir e aprimorar o ensino na Universidade

Milhares de jovens aguardam que os professores brasileiros, cujas técnicas de ensino em sala de aula são questionadas pelo País, se adaptem às necessidades de sua geração. Enquanto isso, ensinar com qualidade é debate amplo dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), seja na formação da docência para a educação básica, dentro das disciplinas da Faculdade de Educação (Faced), seja no aprimoramento do próprio corpo docente da Universidade, quer ela formadora das licenciaturas ou não.

Ainda que advindos de uma seleção rigorosa para o ingresso na Instituição, os professores recém chegados precisam passar pelo Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (Paap). A iniciativa, criada em 1994 pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), não se propõe a ensiná-los a dar aulas, mas a discutir o ato de ensinar e aprender. "A seleção é complicada, e os professores quando ingressam já vêm com um grande conhecimento, mas queremos mais que isso. Queremos que esse conhecimento seja compartilhado com os outros e que a experiência do que deu certo possa ser transmitida", explica a coordenadora do Paap, Nádia Martins. Além disso, acrescenta, a alegria do professor em ser aprovado no processo seletivo precisa ser completada pela sensação de acolhimento e o direcionamento dentro da Instituição, para que se sinta à vontade para produzir.

O Paap é composto por três módulos: um informativo, em que os docentes são apresentados às diversas instâncias da Universidade; um de formação e discussão pedagógica, que ocorre em parceria com a Faced, para trocar experiências e repensar a prática; e o terceiro, em parceria com a Secretaria de Educação à Distância (Sead), prevê a produção de uma técnica inovadora para o ensino, que possa ser aplicada posteriormente em sala de aula. Todo o curso dura cerca de seis meses e deve ser feito nos três anos de estágio probatório.

Após conhecer a estrutura da Ufrgs, o segundo módulo é composto de quatro minicursos. Um vê questões sobre o ensinar e o aprender; o segundo trata das novas tecnologias de comunicação; o terceiro, sobre metodologias de projetos, considerando o processo utilizado dentro da Universidade; e o quarto aborda a avaliação, a maior dificuldade em sala de aula, conforme os professores. "Por mais que passe o tempo, os docentes têm dificuldades de avaliar os alunos. Sempre acreditam que o processo não dá conta de retratar a realidade, e de identificar o que realmente o aluno aprendeu", justifica Nádia.

Responsável pelo módulo 2, o diretor da Faced, Johannes Doll, concorda com a dificuldade de avaliar. Doll,

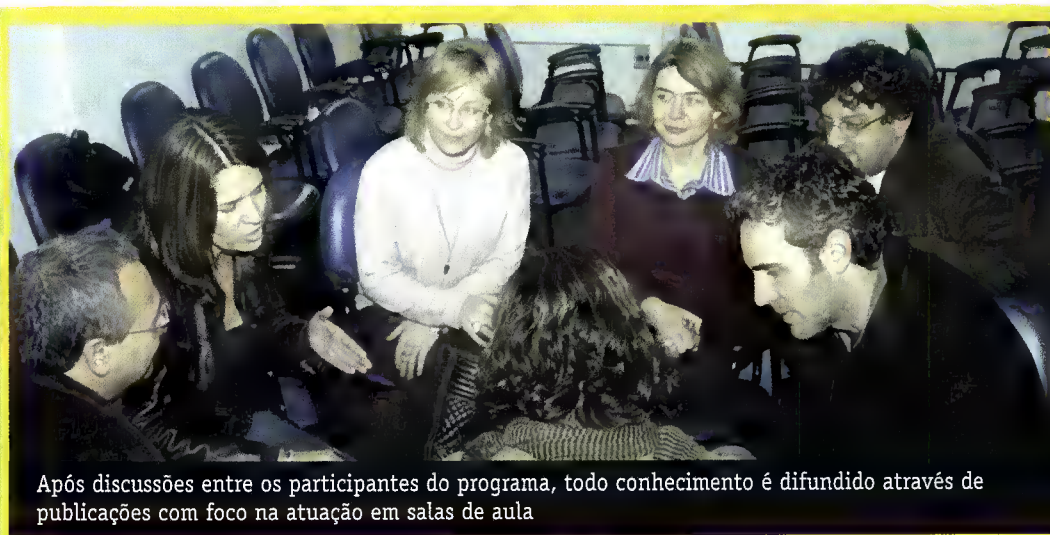
que integra o quadro da Faculdade de Educação desde 1996, conta que a fórmula do Paap tem se modificado ao longo dos anos, de forma a se adaptar à necessidade dos professores, que encaram mudanças na realidade do ensino. Conforme ele, a reflexão teórica deu lugar a elementos práticos, a exemplo de atividades lúdicas sugeridas, de forma a aproximar mais os docentes dos desafios de sala de aula, facilitando que os encarem com mais facilidade. A pedagogia experiencial, segundo Doll, vai além da teoria. "Em situações em que estou envolvido emocionalmente, aprendo muito mais", completa.



Paap contempla professores recém chegados, buscando discutir o ato de ensinar e aprender

Cerca de 80% de docentes ingressantes na Ufrgs já têm experiência em ensino superior, principalmente de instituições privadas, e alguns em educação básica. Mesmo assim, a coordenadora do Paap afirma que os professores avaliam que o curso contribuiu para a segurança em dar aulas e para o aprimoramento de suas técnicas. Por isso, já está em tratativa, com aplicação de um projeto piloto em 2012, a extensão do programa para os professores que estão há mais tempo na Universidade, que, inclusive, têm demonstrado interesse em participar. Na visão de Nádia, a expansão será essencial para a reciclagem e a atualização de práticas e metodologias. “As aulas são muito baseadas em quadro e giz, e os alunos querem outra coisa. Porque, senão, o professor fica limitado a esse método, enquanto no computador tudo é tão colorido”, compara.

Além de desenvolver o ensino da própria Ufrgs, o Paap difunde o conhecimento das discussões. Os projetos de técnicas inovadoras para o ensino, criados no último módulo, já foram divulgados em livros, e a ideia é continuar lançando publicações. Ainda que predominem projetos inovadores para a sala de aula, também são pensadas técnicas para o ensino de públicos não atingidos pela educação tradicional, como alunos com necessidades especiais.



Após discussões entre os participantes do programa, todo conhecimento é difundido através de publicações com foco na atuação em salas de aula



Docentes do Aplicação também recebem orientações

A necessidade do aluno da educação básica e o do ensino superior é diferente. Isso porque a forma de mobilizar o estudante varia de acordo com a etapa da vida. Conforme o diretor da Faced, Johannes Doll, os professores de ensino superior trabalham com alunos que já fizeram uma escolha, diferente da escola. No fundo, porém, a função é a mesma. E, independente da área de atuação – no Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (Paap), há docentes das mais diversas áreas, alguns com mais conhecimento em didáticas e outros, sobretudo bacharéis, sem qualquer conhecimento teórico ou prático de docência -, o ponto de convergência, conforme ele, é que todos devem se preocupar com a aprendizagem dos alunos, ainda que ‘o quê’ e ‘como’ sejam diferentes. “Pelo que ouço, os problemas não são tão distintos. Sempre há alunos que não querem, ou que não têm disciplina, ainda que isso seja mais forte no ensino básico”, observa.

Por essas semelhanças e complementações, o Paap também é oferecido aos professores do colégio de Aplicação. Porém, embora haja pontos interessantes de convergência, a Prograd projeta iniciar uma formação específica para os docentes da educação básica, ainda que, conforme a coordenadora do Paap, Nádia Martins, a ideia seja continuar se utilizando de ferramentas de uma área com a outra. Há projetos internos do Aplicação, por exemplo, como os desenvolvidos no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que devem ser usados para trabalhar com os professores do Paap. “Estamos trazendo o melhor do ensino superior para a educação básica, e o melhor da educação básica para o ensino superior. Queremos mesmo a conversa e troca de experiências”, resume Nádia.



Nádia Martins coordena o Paap



Johannes Doll, diretor da Faced

Ideb na escola: bota placa, tira placa

por **Sandra Mara Corazza**

Professora do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da Ufrgs

Recentemente, o economista gaúcho Gustavo Ioschpe lançou, na revista *Veja*, questão que vem se tornando polêmica: o projeto Ideb na Escola. Consiste tal projeto na discussão sobre a obrigatoriedade, a necessidade e a adequação de cada escola tornar visível, para a sociedade mais ampla, o próprio Ideb, em sua porta de entrada.

Instalaram-se, desde então, posições antagônicas, seguidas da criação, por uma equipe publicitária, de placa padronizada para expor as notas do Ideb. Houve manifestações de diversas secretarias de Educação, declarando-se contrárias a essa visibilidade, como foi o caso das de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul; enquanto outras secretarias, como as de Goiás e do Rio de Janeiro determinaram, inclusive, que suas escolas adotassem o projeto, afixando a placa com a respectiva nota.

Apesar de considerar relevante o confronto entre os defensores de uma produtividade mensurável, tornada pública pela própria escola, e os defensores de outros valores educacionais, como a qualidade e a inclusão sociais, acredito que o buraco é mais em baixo. Para discuti-lo, é preciso identificar o Ideb.

Trata-se do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 e medido a cada dois anos, para avaliar o rendimento da escola. Esse índice é calculado, em uma escala de zero a 10, por meio das taxas de aprovação e do desempenho dos estu-

dantes, em avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep-MEC), para as escolas estaduais e o Distrito Federal (Saeb), além da Prova Brasil para as escolas municipais.

Via metas de desempenho nacionais e internacionais (da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), ficamos sabendo se o Ideb de uma escola ou rede de ensino cresceu ou diminuiu. Em 2005, quando foram levantados os dados para a primeira medição, o indicador nacional ficou em 3,8; em 2007, subiu para 4,2; em 2009, para 4,6. Se esse ritmo for mantido, os especialistas prevêem que o Brasil chegará a uma média superior a 6,0 em 2022. E poderá, então, defender que possui uma educação compatível com países do primeiro mundo.

Penso que, antes da placa na porta, e antes mesmo do próprio Ideb, existem questões de fundo a serem discutidas, dentre as quais: é possível avaliar a qualidade da educação com uma métrica? Índices conseguem evidenciar as verdadeiras condições da educação? Em um país da multiplicidade e da complexidade do Brasil, é pertinente e válida uma metodologia avaliativa centralizada? Nesta nossa contemporaneidade, em qual abismo foram atiradas as comunidades locais, as especificidades regionais e os processos de diferenciação, pelo qual tanto lutamos no final do século XX?



Sobre esta seção: A publicação de artigos enviados à editoria da Revista *Adverso* somente ocorrerá quando respeitadas as normas. O material deve conter título, assinatura e crédito do autor. O tamanho do texto deve ser de, no mínimo, 2700 caracteres com espaço, devendo ocupar no máximo uma página, o que equivale a 4200 caracteres com espaço. Não serão publicadas notas de rodapé, exceto quando for fundamental (podendo, neste caso, serem inseridas até duas notas).

A democracia colombiana desapareceu mais pessoas que as ditaduras argentina e chilena juntas

por **Félix González**, professor da Favet / Ufrgs

A Colômbia, segundo país em população na América do Sul (44 milhões de habitantes), sofreu nas últimas décadas políticas de extermínio, desaparecimento e tortura por parte do estado sobre aqueles que procuram uma vida mais justa. O crime de estado da desapareção forçada perpetrado pela "democracia" na Colômbia tem ultrapassado as dramáticas cifras da ditadura argentina: nos últimos três anos o terrorismo de estado sumiu com 38.255 pessoas. Estimase em mais de 250.000 os desaparecidos desde 1991, enquanto que a ditadura argentina em todos seus governos desapareceu 30 mil indivíduos, e a chilena deu cabo de 3 mil pessoas.

Em janeiro de 2011, a Fiscalia colombiana publicou um estarrecedor informe: revela ter documentado 173.183 assassinatos; 1.597 massacres; 34.467 desapareções forçadas, e 74.990 deslocamentos forçados, crimes cometidos entre 2005 e 2010 pelo paramilitarismo, ferramenta de terror financiada e coordenada pelos latifundiários, as multinacionais e o estado colombiano, com a função de eliminar a reivindicação social, e enxotar populações de forma massiva.

Apesar do governo colombiano anunciar o desmonte do paramilitarismo de estado, os próprios chefes paramilitares dizem que o mesmo "segue vigente". Relatórios de Medicina Legal falam de uma média de 13 mil desaparecidos por ano, perpetrados entre a força pública e os paramilitares.

O sumiço do corpo cumpre fins terroristas: trata-se de quebrar a organização social mediante o pânico que o desaparecimento de alguém deixa nos sobreviventes. A angústia das torturas fica impregnada na sociedade. Os familiares e a comunidade imaginam uma e outra vez as torturas sofridas pelos desaparecidos infundindo, assim, o terrorismo de estado. Para a sociedade a mensagem é clara: "Quem persistir em reclamar seus direitos sociais, econômicos, políticos, correrá a mesma sorte".

A maior fossa comum do continente americano foi descoberta no fim de 2009, atrás do batalhão militar da Macarena, que continha 2 mil cadáveres de desaparecidos pela Força Ômega do Plano Colômbia, que conta com estreita assessoria norte-americana. Desde 2005, o exército enterrava ali os desaparecidos. Diante do sumiço de milhares de

moradores da região e com a contaminação dos lençóis freáticos pela putrefação dos cadáveres, a comunidade denunciou a mega-fossa. As autoridades negaram a existência da mesma, enquanto a mídia silenciou as denúncias. Mas graças à visita de uma delegação britânica, a fossa foi conhecida internacionalmente. O estado então disse que os cadáveres eram de "guerrilheiros abatidos em combate", mas os familiares dos desaparecidos desmentiram. O estado procedeu calar os denunciante - vários foram assassinados, outros foram encarcerados com montagens judiciais.

A Colômbia é o país mais perigoso do mundo para exercer o sindicalismo: 60% dos sindicalistas assassinados no mundo são de lá, mortos pelas mãos da ferramenta paramilitar do estado e das multinacionais, ou diretamente pelas mãos da força pública. O governo colombiano persegue, encarcera e assassina quem ousar expressar um pensamento crítico; o regime mantém na cadeia 7.500 presos políticos, muitos em condições de tortura. Já foi demandado por genocídio na Corte Internacional de Haia devido ao extermínio do partido União Patriótica: 5 mil militantes assassinados pelo terrorismo de estado para impedir a possibilidade de uma mudança.

A Colômbia é o país com maior número de deslocados internos, com 4,9 milhões de pessoas, política que obedece a estratégia de esvaziar territórios com o fim de explorar recursos; os massacres são usados pelo Estado para conseguir o deslocamento de populações: através dos paramilitares em coordenação com o exército já conseguiram o esvaziamento de 10 milhões de hectares de terras, entregues à ambição de multinacionais e latifundiários, por sua vez cofinanciadores do paramilitarismo.

A ferramenta paramilitar goza de leis especiais: em virtude da chamada "Lei de Justiça e Paz", a pena máxima que pode ser imputada a um paramilitar é de oito anos. O Movimento de Vítimas de Crimes de Estado tem denunciado que a lei é um prêmio de impunidade aos paramilitares pelos favores ao grande capital. A legislação foi impulsionada pelo ex-presidente Uribe, que aparece nas listas do Pentágono como o narcotraficante número 82 mais perigoso do mundo, sem que os EUA saibam onde encontrá-lo.

Negociação salarial: poucos avanços e sinais de retrocesso

por Marco Aurélio Weissheimer

No dia 26 de agosto de 2011, o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) assinou o Termo de Acordo nº 4/2011, após um difícil processo de interlocução com o governo federal. O resultado final não foi dos mais animadores. Na avaliação da presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben, “não houve vitória na negociação com o governo”, uma vez que a incorporação da Gratificação Específica do Magistério Superior (Gemmas), ora conquistada, era um ponto já acordado no Termo de Acordo assinado em 2008. “Pedimos a reposição da inflação e tivemos que nos contentar com 4%”.

“Nossa grande vitória”, acrescenta, “foi a mobilização, a união e a confiança dos nossos professores, que nos deram o apoio e a força para defender os termos dos acordos assinados em 2007 e 2008, o tratamento isonômico para as carreiras do Magistério Superior e dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBBT), e entre os ativos e aposentados que, nesta negociação foram violentamente desprezados.”

O balanço do presidente do Proifes, Gil Vicente, e do vice-presidente, Eduardo Rolim, segue na mesma direção: “Não há como proclamar o atual acordo como uma vitória, até porque os avanços concretos e imediatos obtidos estão longe, mas muito longe mesmo, das conquistas realmente históricas alcançadas objetivamente nos acordos assinados pelo Proifes em 2007 e 2008”. (O texto de balanço está disponível nas páginas do Proifes e da Adufrgs na internet).

Uma transição complicada

As dificuldades começaram já com a transição de governo. Com a justificativa de que a nova chefia, em fase de estruturação, estava se inteirando sobre todas as negociações em andamento no período anterior, o processo de diálogos estava completamente paralisado desde o ano passado, observa Maria Luiza. “Somente em abril, o Proifes foi oficialmente informado, em audiência com a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, que a visão do atual governo era de maior equidade social, com ampliação do setor público e salários dignos para os servidores e que a expansão prevista para a área da educação seria mantida”, relata a presidente da Adufrgs-Sindical.

Ao mesmo tempo, destacam Gil Vicente e Eduardo Rolim, a ministra justificou os cortes de R\$ 50 bilhões praticados pelo governo, alegando que eles ocorreram por uma “imposição da conjuntura econômica”, e ponderando também que a situação dos servidores públicos federais, em decorrência dos “expressivos reajustes concedidos pelo Governo Lula”, era naquele momento “muito melhor do que em 2003”. Miriam Belchior nomeou o secretário Duvanier Paiva Ferreira como interlocutor do governo frente aos sindicatos.

A negociação efetiva iniciou em agosto quando Ferreira colocou na mesa a minuta do Projeto de Lei encaminhado em dezembro de 2010 para servir como ponto de partida das negociações. Foi um mês marcado por intensos debates, impasses e uma forte mobilização no movimento docente das Ifes, que culminou com o Termo de Acordo assinado no dia 26 de agosto.

No dia 9 de agosto, o secretário apresentou a proposta emergencial do governo, com dois eixos básicos: Incorporação da Gemmas ao vencimento básico e correção das distorções de enquadramento ocorridas por ocasião da criação da classe de professor associado, quando os professores doutores da ativa só puderam progredir para Associado 1, independentemente do tempo em que estiveram repesados em Adjunto 4.



Maria Luiza diz que não houve vitória no diálogo com o governo federal

Fotos: Arquivo / Adverso

Essa correção de distorções estava sendo pensada apenas para os docentes da ativa, razão que levou o Proifes a qualificar a proposta como inaceitável, por dois motivos básicos: os docentes da carreira de EBTT estavam sendo rifados no processo, uma vez que a incorporação da gratificação não se aplicava a eles, e a correção das distorções deixava os aposentados de fora, de forma discriminatória. Após uma série de reuniões e negociações bastante tensas, no dia 19 de agosto o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou uma nova proposta, definida como a "proposta final" do governo. A mesma era constituída por seis pontos básicos:

- Incorporação ao Vencimento Básico (VB) das gratificações Gemas/GEDBT para todos os docentes das carreiras de MS e EBTT, respectivamente, a partir do mês de março de 2012, inclusive;
- Reajuste emergencial de 4% sobre o novo VB, incorporadas as gratificações Gemas/GEDBT, e também sobre a Retribuição de Titulação, para todos os docentes das carreiras de MS e EBTT, a partir do mês de março de 2012, inclusive;
- Publicação imediata de Portaria Interministerial instituindo Grupo de Trabalho (GT) constituído pelo MPOG, MEC e entidades representativas, para debater a reestruturação das carreiras de MS e EBTT, sendo a data de conclusão dos trabalhos 31 de maio de 2012;
- Compromisso do governo de que a reestruturação a ser acordada nesse GT promova a equiparação das tabelas remuneratórias das carreiras de MS e EBTT, que receberão tratamento equânime, com as tabelas remuneratórias atualizadas da carreira de Ciência e Tecnologia, com implementação dessa equiparação em janeiro de 2013;
- Compromisso do governo de discutir, nesse GT, as questões pendentes dos acordos assinados em 05 de dezembro de 2007 (MS) e 20 de março de 2008 (EBTT), inclusive as relativas às regulamentações pertinentes de medidas aí definidas;
- A aceitação do reajuste emergencial de 4% se dá com o reconhecimento das partes de que essa recomposição está bastante aquém da inflação do período, não caracterizando 'acordo de quitação',

ficando as entidades signatárias legitimadas para buscar em negociações posteriores a recomposição das perdas inflacionárias.

A proposta não repunha sequer a inflação para a

grande maioria dos docentes e, deste ponto de vista, foi considerada pelo Proifes como claramente insuficiente. Por outro lado, contemplava de forma equânime docentes do MS e do EBTT, tanto ativos como aposentados, o que representava um ponto essencial defendido pelo Proifes. Embora considerando a proposta com "sérias limitações", a entidade decidiu apresentá-la aos docentes e, em seguida, submeter a mesma a um amplo plebiscito, para decidir se deveria ou não assinar um acordo nesses termos. Votaram no plebiscito 4.246 docentes, sendo 78% a favor da assinatura do acordo. Na Adufrgs-Sindical ocorreu a maior participação

já registrada em uma consulta: 783 docentes votaram; destes, 750 manifestaram-se favoravelmente a que o Proifes assinasse o acordo.

Anacronismo na política do governo

A avaliação geral dos dirigentes do Proifes e da Adufrgs-Sindical é que o processo de negociações mostrou sinais de retrocesso na política do atual governo para os servidores públicos federais. "Comparando com a campanha salarial anterior realizada pelo Proifes, esta foi mais difícil, mais restritiva e mais tensa, e só não houve maiores recuos devido à postura firme, lúcida e racional dos nossos representantes na mesa de negociação", diz Maria Luiza von Holleben. Os dirigentes do Proifes têm uma avaliação semelhante. Na opinião de Gil Vicente e Eduardo Rolim, a postura do governo nas negociações mostrou uma indisposição – ao menos no curto e no médio prazo – de recompor as perdas inflacionárias que vêm reduzindo o poder real de compra dos salários dos servidores.

"Essa postura é bastante preocupante, em especial se considerarmos que tem havido aumento de arrecadação e que há várias outras formas de enfrentamento da crise internacional, como levado a efeito em circunstâncias similares pelo segundo Governo Lula que, ao contrário, estimulou o consumo interno e, em consonância, promoveu a recom-



Gil Vicente destaca que esta campanha salarial foi mais difícil, mais restritiva e mais tensa que a anterior

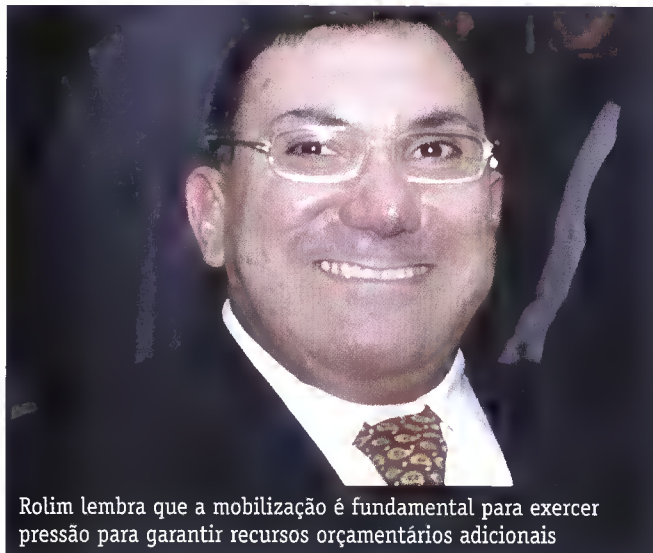
posição dos salários dos servidores públicos federais", afirmam os dirigentes.

Ainda segundo a avaliação do presidente e de seu vice no Proifes, o tratamento dispensado aos funcionários públicos federais pelo atual governo representa um grave retrocesso em relação ao que vinha sendo praticado no período 2007/2010. Eles alegam que não se justifica, de forma alguma, a partir de argumentação que utilize a crise econômica internacional como desculpa, em especial porque em momentos de maior gravidade, como em 2008, o incentivo à produção e a preservação dos salários da população foi um dos fatores que ajudou a conferir ao Brasil uma relativa proteção diante da turbulência econômica global verificada.

A assinatura do acordo, mesmo reconhecendo todos esses problemas, representa, segundo os dirigentes, "uma luta de resistência, uma preparação para avanços futuros", levando em conta três elementos básicos: a avaliação de que a correlação de forças existente na presente conjuntura não permitiria avançar para além do que foi conseguido e a conclusão de que, sendo assim, a não assinatura do Termo de Acordo poderia implicar a pura e simples perda das parcas vantagens remuneratórias existentes, sem qualquer contrapartida; a convicção de que, assinado o Termo de Acordo, esteja finalizado em breve o processo de discussão da reestruturação igualitária das carreiras do MS e do EBTT, aceito pelo MPOG o horizonte de equiparação remuneratória com a carreira de Ciência e Tecnologia, e a expectativa de que, já no início de 2013, essa reestruturação possa resultar na consolidação de carreiras capazes de atrair novos profissionais competentes e dedicados, garantindo também a permanência dos atuais, rumo à implementação de um sistema de educação pública superior de qualidade – universidades e institutos federais –, essencial à produção de conhecimento e à formação dos quadros necessários ao desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e social do Brasil.

Retomada do debate sobre o plano de carreira

No dia 14 de setembro, ocorreu em Brasília uma reunião que marcou a retomada do debate sobre o plano de carreira docente. Segundo a presidente da Adufrgs-Sindical, a reunião foi tensa e difícil, marcada pela indignação dos participantes com o Projeto de Lei 2203/2011 enviado pelo Executivo ao Congresso. Neste projeto, relata Maria Luiza von Holleben, na tabela salarial para os professores do MS e do EBTT o percentual considerado foi 3% e não os 4% que tinham sido acordados. "Isso foi atribuído a um erro técnico que seria corrigido, mas a pior surpresa foi a inclusão do artigo 86, que altera o artigo 68, da lei 8112, de 1990. O mesmo refere-se ao



Rolim lembra que a mobilização é fundamental para exercer pressão para garantir recursos orçamentários adicionais

adicional de insalubridade e periculosidade que, pela nova redação, terá valores fixos de R\$ 100,00, R\$ 180,00 e R\$ 260,00 para exposição baixa, média e máxima respectivamente, e R\$ 180,00 para periculosidade. O governo foi irredutível nesta questão, o que exigirá da nossa luta agora uma articulação política no Congresso Nacional."

A mesma postura, diz ainda a presidente da Adufrgs, foi demonstrada em relação ao decreto que regulamenta o artigo 120 da lei 11.784/2008, da carreira de EBTT, que o governo tinha prometido colocar em debate nesta reunião. A dificuldade em chegar a um consenso sobre a interpretação da lei e do conteúdo do Termo de Acordo assinado em 2007 para o EBTT interrompeu a discussão e a promessa era que fosse retomada em uma reunião específica para este assunto ainda em outubro.

"Enfim, esperamos que a negociação continue conforme o calendário firmado entre governo, Proifes e Andes, para que, em março de 2012, tenhamos a conclusão dos trabalhos. Para evitar problemas como os ocorridos na última negociação, onde o governo, em certos momentos, chegou a alegar não ter apresentado propostas com as quais já havia se comprometido anteriormente, o Proifes propôs a redação de atas de cada reunião", relata Maria Luiza.

A luta por uma reestruturação de qualidade das carreiras dos docentes exigirá, dizem os dirigentes do Proifes, que os professores se apropriem dos debates ocorridos até aqui e se mobilizem coletivamente para aprofundar as discussões e aperfeiçoar as propostas. "A mobilização em questão é absolutamente fundamental para que possamos, inclusive, exercer a forte pressão que será necessária para garantir os recursos orçamentários adicionais que terão de ser disponibilizados, posto que há hoje 130 mil professores nas carreiras de MS e EBTT", conclui em Gil Vicente e Eduardo Rolim. ☛

Protótipos prometem revolucionar realização de exames médicos

Desenvolvidos dentro da Ufrgs, equipamentos medem graus de miopia, hipermetropia, astigmatismo, e identificam a presença de catarata

por **Ana Maria Bicca**

Você já imaginou ter em casa uma espécie de termômetro que possa determinar o grau exato de sua visão? E se, além disso, você ainda pudesse detectar a presença de catarata? Esta é uma realidade que já ganhou forma e utilidade concreta. Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), em parceria com o Laboratório do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) nos Estados Unidos (Media Lab) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), possibilitou o desenvolvimento de protótipos e softwares capazes de identificar os graus de miopia, hipermetropia e astigmatismo, e também a presença de catarata.

Entre os anos de 2009 e 2010, o professor do Instituto de Informática da Ufrgs, Manuel Menezes de Oliveira Neto, e seu aluno de doutorado, Vitor Pamplona, participaram da pesquisa que trouxe como resultado o Netra e,

posteriormente, o Catra, dois protótipos que podem fazer uma grande diferença na universalização do acesso da assistência à saúde ocular. Em agosto deste ano, o segundo equipamento foi apresentado na Siggraph 2011, conferência mais importante de computação gráfica e técnicas interativas, realizadas em Vancouver (Canadá).

Utilizado para fazer medidas e estimar as características refrativas do olho, que resulta nos graus de miopia, astigmatismo e hipermetropismo, o Netra foi o primeiro projeto a ser desenvolvido. O protótipo é equivalente aos aparelhos de medição utilizados pelos médicos. A diferença, no entanto, está na forma de realizar a avaliação, pois, agora, o usuário é o responsável pelo processo.

Os pesquisadores criaram um software, que é instalado em um Smartphone e corresponde à "parte inteligente" do protótipo desenvolvido. No caso do Netra, o indivíduo enxerga dois segmentos de reta e sua tarefa é tentar sobrepor-los, controlando seus posicionamentos ao pressionar as teclas do celular.

Quando a ação estiver concluída, o aparelho calcula os graus para a correção de miopia, hipermetropia ou astigmatismo, necessários para que a pessoa tenha uma boa visão. "Em um procedimento convencional, o médico coloca lentes na frente do paciente e pergunta se ficou melhor ou pior",

»



Pesquisadores da Universidade criaram um software que é instalado em um Smartphone para fazer medidas e estimar características refrativas do olho



O aparelho Catra identifica a presença de catarata, além de mapear sua opacidade e densidade, e seu exame é feito pelo celular

explica Neto. Segundo o docente, a tarefa de indagar se o grau está adequado aparentemente parece simples, mas deixa algumas pessoas extremamente nervosas, resultando em uma resposta incompatível com a ação realizada pelo médico. O professor enfatiza também que a simplicidade do aparelho vai permitir que as pessoas o tenham em casa, da mesma forma que muitas têm um termômetro. Assim, será possível perceber, por exemplo, se o grau de determinada doença aumentou e se é necessário buscar auxílio médico. Neto adverte que, apesar da facilidade, o equipamento não substitui o diagnóstico de um oftalmologista.

Utilização em comunidades carentes

Além da possibilidade de se ter um protótipo em casa, uma das utilidades do Netra é levar assistência a populações que não têm acesso a médicos, seja pelas condições sócio-econômicas ou mesmo pela dificuldade geográfica. "Esse tipo de tecnologia pode permitir, de certo modo, uma revolução no atendimento, pela possibilidade de encontrar essas pessoas que precisam de correção. Por desconhecimento, elas sequer sabem que poderiam ter uma qualidade de vida melhor", enfatiza o professor do Instituto de Informática da Ufrgs.

Pela facilidade do uso do aparelho, um agente de saúde poderia visitar estas comunidades e ajudar as pessoas a realizarem o exame, utilizando-o como um mecanismo de triagem. A partir dos resultados, os indivíduos necessitados poderiam ser encaminhados ao tratamento adequado. "Milhões de pessoas em todo mundo sofrem com problemas de visão, por falta de acesso à assistência médica", comenta o docente. O aparelho vem também para suprir esta necessidade.

Outra questão que facilita a realização do exame é que o mesmo pode ser feito em regiões onde não há eletricidade, visto que o celular funciona à bateria, e o material pode ser enviado pelo próprio aparelho telefônico. Neste caso, ao realizar a medição, é possível enviar os resultados por mensagem de texto.



No centro da foto, o professor do Instituto de Informática da Ufrgs, Manuel Neto (esq.) e o doutorando Vitor Pamplona (dir.), participaram de pesquisa que resultou nos protótipos Netra e Catra

Atualmente, 14 países testam o equipamento e enviam seus apontamentos e avaliações do material.

Depois que os pesquisadores compreenderam o funcionamento da tecnologia, decidiram adaptá-la para a identificação de outro problema que dificulta a vida de muita gente: a Catarata.

A doença caracteriza-se pela formação de estruturas esbranquiçadas no cristalino do olho, que, aos poucos, bloqueiam a passagem de luz, impedindo que a pessoa enxergue com perfeição. Para este caso, o protótipo, desenvolvido em parceria com o MIT Media Lab e com a Universidade Federal Fluminense, recebeu o nome de Catra. O equipamento tem como função identificar a presença de Catarata e o local em que ela se encontra, além de mapear a opacidade e a densidade do problema.

De acordo com o docente da Ufrgs, a estrutura do Catra é semelhante à do Netra, mas as funções e o software que identifica o problema são diferentes. Segundo Neto, a Catarata é a maior causa de cegueira evitável e também neste caso ainda existe falta de conhecimento. "Muitas pessoas não sabem que há cura", lamenta.

Participação essencial da Universidade

Em ambas as pesquisas, Neto ressalta que a participação da Ufrgs foi decisiva. Não existia nada semelhante, desde os estudos até a aplicação deles. "A nossa contribuição foi determinante", explica o docente. O design e a parte gráfica dos protótipos, por exemplo, foram pensados por Pamplona. De acordo com o doutorando, as pesquisas continuam sendo realizadas, porém em outras linhas de atuação. A ideia, segundo ele, é explorar novas doenças e ferramentas, além de levar os protótipos ao mercado, quem sabe até, abrindo sua própria empresa e produzindo o material, o que garantiria a qualidade do produto. "A indústria médica é uma das mais caras no mundo. E ela é muito fechada. Queremos mudar isso, proporcionando uma alternativa mais acessível", afirma Pamplona. ☺

Luiz Augusto Estrella Faria

“Economia gaúcha não se modernizou e ficou para trás”



A economia do Rio Grande do Sul não se modernizou nas últimas décadas e ficou, em larga medida, vinculada a alguns setores tradicionais que passaram a crescer pouco por razões diversas. Durante boa parte desse período, os preços dos produtos agropecuários atravessaram uma fase ruim. Em função da dependência da economia em relação a estes setores, o Estado vive uma semiestagnação desde nos anos 80, apresentando, em geral, uma média de crescimento inferior à média nacional. A avaliação é de Luiz Augusto Estrella Faria, técnico da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos cursos de pós-graduação em Economia e em Estudos Estratégicos Internacionais nos cursos de graduação em Ciências Econômicas e Relações Internacionais.

Em entrevista à revista Adverso, Luiz Augusto Estrella Faria fala sobre a situação da economia mundial e sobre a evolução da economia brasileira e gaúcha nos últimos 20 anos. O período não é arbitrário. A Carta de Conjuntura da FEE, uma publicação criada quando a presidente Dilma Rousseff dirigia a Fundação, e que se tornou referência no debate econômico no Estado, completa 20 anos. Faria foi o primeiro editor deste documento e também esteve à frente da edição da revista Indicadores Econômicos FEE, entre 2007 e 2011.

por Marco Aurélio Weissheimer ➤

Fotos: Suzana Pires

Adverso: Conte um pouco da história da Carta de Conjuntura da FEE, que completa duas décadas este ano.

Luiz Augusto Estrella Faria: A Carta de Conjuntura foi criada em 1991, quando a Fundação era dirigida pela atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff. A iniciativa foi dela. Ela dizia que a FEE era uma instituição respeitada e as instituições respeitadas têm que ter opinião sobre economia, sobre a sociedade. Citou o exemplo da Fundação Getúlio Vargas, que há décadas tem sua revista de conjuntura, e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que mantém uma publicação há muito tempo. Inicialmente, a Carta era uma opinião institucional da Fundação sobre a economia brasileira e alguns assuntos da sociedade brasileira, a respeito dos quais tínhamos alguma coisa a dizer. A publicação tinha um editor, responsável por escrever uma espécie de editorial e organizar, dentro da casa, a contribuição de colegas em áreas específicas. Mas a espinha dorsal da Carta era esse editorial que saía todos os meses, opinando sobre o que estava acontecendo na economia brasileira.

Eu fui o primeiro editor e tinha como editor adjunto o André Minella, que não está mais na casa, e trabalha hoje como assessor do Conselho de Política Monetária do Banco Central. A gente se revezava na tarefa de escrever o editorial e depois discutia com a direção, fazia alguns ajustes e publicava. Lembro que a primeira manchete de capa foi sobre a persistência da inflação. Esse era o grande assunto econômico na época. Em 1991, já havia ocorrido os Planos Collor 1 e 2, e a inflação continuava muito alta. Os primeiros dois ou três anos da Carta giraram muito em torno desse tema, tratando da luta do governo para acertar uma política anti-inflacionária e dos efeitos disso sobre a sociedade: o baixo cresci-

mento, a piora na distribuição de renda, etc. No decorrer dos anos, o Brasil foi mudando, tivemos o Plano Real, que também ocupou muito tempo de debate. Só que no meio do caminho a Carta de Conjuntura acabou mudando um pouco sua característica. Ela deixou de ser uma publicação que veiculava uma opinião institucional da FEE e assumiu a forma que tem até hoje, uma coletânea de artigos assinados pelos pesquisadores da casa, abrangendo uma diversidade de temas.

Recentemente, tivemos um número comemorativo dos 20

"Não cabe otimismo, se pensarmos na relação da economia gaúcha com a nacional, onde o Rio Grande do Sul está abaixo do crescimento médio do Brasil"

anos, que teve uma sistemática diferente: cada um dos pesquisadores foi convidado a escrever sobre o que aconteceu na sua área de interesse neste período. Eu, como tenho trabalhado sobre Mercosul e integração regional, escrevi sobre isso.

Adverso: Falando na sua área de pesquisa, quais foram, na sua avaliação, as principais mudanças no processo de integração sulamericana nestes 20 anos?

Faria: Modificou muita coisa, de fato. O meu artigo, aliás, que trata sobre esse tema, tem o conteúdo mais otimista de todos. A América Latina mudou para melhor neste período, diferentemente do que aconteceu na eco-

nomia internacional que continua envolta em uma grande crise, que iniciou em 2008 e não apresenta perspectivas de recuperação. Também não cabe otimismo se a gente pensar na relação da economia gaúcha com a economia nacional, onde o Rio Grande do Sul tem ficado para trás em relação ao crescimento médio do Brasil neste período. Mas quando olhamos para a América Latina, vemos um cenário muito melhor: se pensarmos o que era em 1991, vamos lembrar que o continente estava às voltas com um processo de hiperinflação, com esgotamento do desenvolvimento, com desemprego elevado, piora na distribuição de renda e aumento da pobreza. A primeira década destes 20 anos foi marcada pela disseminação do modelo neoliberal por toda a América Latina. Em um primeiro momento, esse modelo conseguiu debelar a inflação, mas produziu efeitos muito negativos sobre crescimento, distribuição de renda e o nível médio de vida da população.

Então, essa foi uma década de estabilidade com piora de todos os indicadores econômicos e sociais, com exceção da redução da inflação. Na década seguinte, começa uma virada e esse modelo neoliberal vai sendo sucessivamente abandonado pela segunda leva de governos pós-ditadura militar. A primeira onda foi de governos neoliberais, enquanto que a segunda é composta de governos progressistas, populares, comprometidos com os trabalhadores ou com os povos originários, dependendo da caracterização de cada país. Estes governos vão adotar políticas bem diferentes.

Adverso: Em que consistiram, exatamente, essas diferenças?

Faria: Com elas, volta o crescimento e há uma melhoria das condições sociais. A estabilidade inflacionária somou-se uma estabilidade externa também. O peso da dívida externa sobre as

economias se reduziu neste período. Isso tem a ver com uma certa recuperação do comércio internacional que beneficiou particularmente produtos aqui da América Latina, produtos agropecuários e minerais que tiveram aumento de preço no mercado internacional. Esse crescimento das exportações está ligado também ao ingresso da China e de outros países da Ásia como compradores do mercado internacional. Eles, que vinham crescendo como vendedores, viraram compradores neste período. E nós passamos prioritariamente a abastecê-los e deixamos para trás parceiros tradicionais que continuam crescendo pouco e são o epicentro da crise atual, a Europa e a América do Norte.

Essa nova parceria comercial com a Ásia possibilitou a acumulação de saldos comerciais e a redução significativa do problema da dívida externa, que é o segundo fator da estabilidade. Além disso, as nossas economias passaram a crescer também no plano do mercado interno. Disso resultou uma melhora nas condições sociais. Esses governos adotaram políticas especificamente voltadas para a redução da pobreza e para distribuição de renda. Eles implementaram políticas de recuperação do salário da classe trabalhadora, políticas de transferência de renda para os mais pobres. Na média, em dez anos, metade dos pobres prosperou no continente. Um dado interessante é que há uma certa polarização dos indicadores sociais em um único quesito: há um conjunto de países onde a distribuição de renda melhorou, onde a diferença entre ricos e pobres diminuiu, e outro conjunto onde ela continuou ruim ou piorou. No primeiro grupo, estão países como Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Venezuela e Paraguai, e, no outro grupo, Colômbia, México, Guatemala e alguns outros países da América Central. Fica claro, a partir dessa comparação,

que a orientação política pesa na hora da definição dos resultados sociais.

Adverso: E neste período, por que a economia do Rio Grande do Sul não acompanhou o crescimento registrado no Brasil como um todo e na maioria da América do Sul?

Faria: O Rio Grande do Sul vive uma semi-estagnação desde os anos 1980. O Estado teve poucos momentos de crescimento neste período. É verdade que todo o Brasil viveu duas décadas perdidas em termos de crescimento, mas, mesmo assim, isso foi pior



"Há 60 anos, a indústria foi o motor do crescimento da economia gaúcha. Mas a concentração de fábricas em São Paulo fez o Estado buscar investir em novos setores"

no Rio Grande do Sul, na média. Com exceção do início dos anos 2000, quando o Estado teve uma média de crescimento maior que a do Brasil, na década de 1990 tinha sido pior e na segunda metade dos anos 2000 voltou a ser pior que a medida nacional. Historicamente, o Estado sempre teve algo entre 7 e 8% do PIB brasileiro. Hoje estamos entre 5 e 6%.

Adverso: Isso tem a ver com a manutenção de um modelo agroexportador?

Faria: Creio que sim. A economia

do Rio Grande do Sul não se modernizou neste período e ficou, em larga medida, vinculada a alguns setores tradicionais que passaram a crescer pouco por razões diversas. Durante boa parte desse período, os preços dos produtos agropecuários atravessaram uma fase ruim. Só foram melhorar na segunda metade dos anos 2000. Então, foram cerca de 15 anos com preços ruins para soja, milho, arroz e carne. Isso afetou um setor que, no Estado, pesa mais do que a média nacional, que é a agropecuária. Além disso, a nossa indústria é, predominantemente, de pequeno e médio porte, e vinculada a setores particularmente vulneráveis à competição da Ásia, principalmente.

O maior segmento da indústria gaúcha no início deste período era o calçadista. Hoje, ele praticamente sumiu do mapa, sufocado pela concorrência asiática, que produz o mesmo tipo de calçado, as mesmas grifes tradicionais, em condições de produção muito mais barata, pois trabalha em uma escala gigantesca. Nós temos aqui pequenas empresas de calçados e lá tudo é mega. Há companhias com dezenas de milhares de trabalhadores fabricando calçados. Esse nível de escala dá um poder de competição gigantesco. Não dá para achar que podemos produzir com uma escala chinesa. Então, esse é um setor que não tem muita expectativa de recuperação.

Uma outra área tradicional que o Estado desenvolveu é a metal-mecânica, com a produção de algumas máquinas e equipamentos. Fora o segmento que trabalha com a agricultura, o resto se perdeu também. A indústria automobilística se internacionalizou e compra auto-peças no mundo inteiro. A concorrência internacional é muito grande. E temos ainda uma sequela da estabilidade que continua nos afetando até hoje, que é o problema da falta de competitividade por causa do câmbio. O Banco

Central, externamente, usa o câmbio como uma âncora para segurar a inflação. O problema é que a valorização da moeda brasileira tem um efeito negativo muito grande sobre nossa competitividade. Nossa indústria sofreu (e sofre) muito com isso.

Se olharmos para o período favorável que a economia gaúcha teve no começo dos anos 2000, veremos que havia uma circunstância favorável à modernização de alguns segmentos produtivos. Nos anos 1940 e 1950, a indústria foi o motor do crescimento da economia gaúcha. Depois esse quadro mudou com a progressiva concentração da indústria no estado de São Paulo. A indústria riograndense foi ficando para trás e a ideia de que precisávamos investir em setores novos ganhou espaço. Foi aí que cresceu o discurso quase fanático da necessidade de atrair grandes investimentos industriais. Nenhum deles deu muito certo, com exceção da GM que mudou o PIB industrial gaúcho. Agora, o polo naval de Rio Grande está mudando também, criando condições para substituir setores que estão irremediavelmente fora do páreo, como o coureiro-calçadista.

Adverso: Na sua opinião, setores como o coureiro-calçadista têm alguma chance de recuperação se tentarem explorar nichos de mercado diferenciados?

Faria: Há algumas coisas novas surgindo, como o polo tecnológico de São Leopoldo na área da informática, microeletrônica e semicondutores, que abre uma perspectiva interessante. O Rio Grande do Sul tem alguma capacidade desenvolvida neste setor, pois tem mão de obra formada e capacidade de gerar mais mão de obra, graças às suas boas instituições de ensino na área. Essa é uma boa alternativa. O que deve sobrar dessa indústria tradicional de calçados, assim como da

indústria moveleira, que também sofre com a concorrência chinesa, é apenas quem encontrar algum nicho que não dependa de escala e não faça produtos baratos para consumo de massa. Vai sobreviver quem conseguir fazer algo mais personalizado, um calçado de luxo, um móvel mais artesanal.

Adverso: Na sua avaliação, como o Brasil está preparado, ou não, para enfrentar a atual crise econômica internacional?

Faria: Por um lado, o País tem hoje, inegavelmente, condições bem melhores para enfrentar a crise. Há dois fatores necessários para atravessar esse mar turbulento. Um é o mercado interno fortalecido, consumo e investimento doméstico para segurar o crescimento. O outro é não ter uma grande exposição financeira, um endividamento como têm a Grécia e a Irlanda, por exemplo.

Esses são dois fatores de proteção, mas há um terceiro elemento importante. Embora não tenhamos exposição em termos de dívida, cedemos às pressões dos EUA e do resto do mundo e internacionalizamos nosso mercado financeiro. Então, estamos sujeitos às ondas desse mercado global. Se a Bolsa de Nova York cai, a nossa cai também. Os investidores são os mesmos.

Adverso: O que seria não internacionalizar o mercado finan-



Luis Augusto Faria acredita que o Brasil pode se beneficiar do aumento do padrão de vida na China

ceiro?

Faria: Seria o modelo que o Brasil teve durante muitos anos, que é o modelo que todo mundo tinha. O mercado financeiro era um mercado reservado aos agentes domésticos. Só brasileiros podiam aplicar na bolsa brasileira, só brasileiros podiam ter banco no País, os depósitos eram todos de nacionais, operações internacionais eram super-controladas, o Banco Central monopolizava o câmbio. Esse padrão, que era de praticamente todo o mundo, e que foi inaugurado depois da Segunda Guerra Mundial, foi preservado no Brasil até os anos 1980. Depois, aos poucos, foi sendo desregulamentado e hoje está muito aberto.

Aparentemente, um dos movimentos dessa última onda de desvalorização do dólar no Brasil é movimento de tesouraria de empresas multinacionais. A matriz empresta dinheiro para a filial brasileira, supostamente como investimento, mas esse dinheiro é aplicado no mercado para aumentar o lucro financeiro da empresa. Depois, esse rendi-

mento é transferido de volta para a matriz. Esse tipo de jogada nos deixa vulneráveis, pois tem um efeito sobre o câmbio. A munição que o Banco Central põe todo dia no mercado comprando e vendendo divisas é insuficiente para manter esse movimento de investidor estrangeiro, que entra no Brasil vendendo dólar para aplicar no real, que rende mais, desvalorizando assim ainda mais o dólar. Já há um processo mundial de rebaixamento do dólar que é acentuado no mercado brasileiro. Essa vulnerabilidade é perigosa. Além disso, a não recuperação dos Estados Unidos deixa o mercado mundial andando meio de lado. A Europa está muito envolvida nos seus problemas domésticos e, no curto e médio prazo, não vai representar um aumento de demanda. Ao contrário, o tipo de enfrentamento da crise que eles estão fazendo é recessivo. De um lado, eles estão procurando desvalorizar as dívidas de países europeus periféricos, como a Grécia, Portugal, Islândia e outros. A Islândia já fez isso unilateralmente: declarou que não ia pagar e pronto. Mas como a Islândia é muito pequena, isso não chegou a ter um efeito muito grande. Por outro lado, estão passando a conta para o setor privado, que também é um fator contra o crescimento. Nos Estados Unidos, creio que o acordo firmado por Barack Obama com os republicanos no Congresso foi uma derrota imensa. Foi imposto a ele o contrário do que dizia que era a melhor política: aumentar o gasto público, principalmente o social, que tem um efeito multiplicador na economia. Além de acertar o corte de despesas, ele nem vai ter muito controle sobre isso - esta tarefa ficará a cargo de um comitê do Congresso. Pode acontecer o pior com a preservação de gastos militares, por exemplo, e o corte de gastos sociais. Então, em relação aos Estados Unidos, não dá para se esperar

muita coisa. Os investidores podem avaliar que esse acordo não traz grandes perspectivas e começar a se desfazer de papéis que dependem de crescimento para se valorizar. Então, a Bolsa de Valores é a primeira que sofre, e as empresas do setor produtivo são as principais vítimas do baixo crescimento. Neste cenário, acontecem coisas paradoxais. No Brasil, a Vale do Rio Doce e a Petrobras, que não têm a ver com a crise dos EUA, pois estão vendendo para o mercado interno ou para o mercado asiático, foram as empresas que sofreram maior desvalorização em suas ações. Há um certo pessimismo em relação às perspectivas de crescimento na cabeça dos investidores e esse é um dos resultados.

Adverso: Todo mundo está querendo se agarrar com a China...

Faria: Exato. E a China também tem uma situação delicada, embora os sinais de sua economia sejam positivos. O consumo na China está crescendo mais do que o PIB e isso é sinal de que eles estão conseguindo fazer a conversão para o mercado interno, decidida no último congresso do Partido Comunista. Esse é um sinal positivo para nós, pois indica que um certo tipo de demanda externa vai continuar existindo para a nossa economia. Pode ser positivo em outro sentido também: eles podem passar a importar outro tipo de produto além de soja e minério de ferro, como carne bovina, por exemplo, um setor que se tornou enorme na economia brasileira. Com o aumento do padrão de vida na China, mais gente vai comer carne, isso é certo. O Brasil pode se beneficiar com essa situação.

Adverso: Na sua avaliação, há o risco de uma crise mais profunda na economia mundial, com a repetição de algo similar à Grande Depressão, dos anos

1930?

Faria: Há uma perspectiva de aprofundamento da recessão nos Estados Unidos e na Europa. Isso deve levar a uma redução do nível de crescimento de países como Índia e China, que são grandes fornecedores para a Europa e os EUA. Neste cenário, creio que quem tem mais condições de se proteger é a América Latina, em especial a América do Sul, uma vez que o México e uma boa parte dos países da América Central e do Caribe têm uma dependência muito grande em relação aos EUA. A América do Sul tem investido bastante em seu mercado interno e estabelecido sinergias entre suas economias. A construção de uma integração de infraestrutura abre uma perspectiva de grandes investimentos, com geração de emprego e renda, por algumas décadas. A construção de redes de transporte, de distribuição de energia, de gasodutos e oleodutos pelo continente todo é uma perspectiva interessante de investimento para os países da região.

Adverso: O Mercosul vem avançando nesta direção?

Faria: Acho que sim. Todos falam mal do Mercosul, mas eu sou um entusiasta do bloco. Na minha opinião, está cada vez melhor. Pouco se fala sobre isso. Em geral, o Mercosul só é notícia quando surge algum problema entre Brasil e Argentina, quando alguns caminhões ficam tranca-dos em Uruguiana. O bloco continua em construção e há coisas muito importantes acontecendo como o Fundo de Convergência Estrutural para financiar os países menores. Vários projetos do Uruguai e do Paraguai estão sendo financiados por esse fundo. A construção institucional também segue avançando, agora com a criação do Parlamento, com uma agenda que não se resume mais ao tema "vou vender mais para meu vizinho". ☞

Normas transformam eleições para reitor em jogo de faz-de-conta

por **Maricélia Pinheiro**

A promulgação da lei que regulamenta a escolha de lista triplíce para reitor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) viola a autonomia constitucional das universidades e, no caso da Ufrgs, atropela a intenção democrática do estatuto, que prevê consulta prévia à comunidade acadêmica. Apesar desta determinação no estatuto da Universidade, o resultado da consulta serve apenas como indicador, uma vez que a Lei 9.192/95 de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários, determina que a lista triplíce seja elaborada pelos colegiados máximos das instituições em votação uninominal. Também é regra que o Conselho Universitário (Consun) vote de acordo com a escolha da comunidade. Assim, o ministro da Educação, que dá a martelada final, pode nomear qualquer um dentre os três indicados, não necessariamente o primeiro da lista, que seria o mais votado.

E a confusão não para por aí. A Lei determina claramente que “em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de 70% para a manifestação do pessoal docente em relação às demais categorias”. Isso significa que outros critérios de ponderação dos votos da comunidade acadêmica, eventualmente acordados, são ilegais. Por outro lado, se os membros do Consun decidirem votar independentemente - direito assegurado por lei -, o resultado da lista triplíce pode não ser o mesmo da consulta. “O que tem acontecido é que os conselheiros, quando optam por elaborar a lista de acordo com o resultado da consulta, combinam entre si quem vota em quem, uma vez que o voto é secreto e uninominal, e o decreto 1.916/96 determina que a votação seja em escrutínio único”, observa o 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Claudio Scherer.

Para o membro veterano do Consun e pró-reitor na década de 1990, a solução do problema passa por uma alteração na Lei 9.192/95 ou no estatuto da Ufrgs, aprovado pelo Conselho Universitário em 23 de setembro de 1994 e publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 1995. “A consulta à comunidade prevista no estatuto é anterior à Lei. Nossa intenção, quando instituímos a prática, era

democratizar o processo de escolha para reitor. Mas logo em seguida veio a legislação, que vigora até hoje, e fomos obrigados a segui-la”, diz Scherer. Bastaria, segundo ele, que a votação fosse aberta, com placar, para que os participantes acompanhassem as escolhas dos colegas e pudessem ir compondo o quadro de acordo com a consulta. Mas também nesse caso se configuraria uma espécie de teatro, onde os conselheiros votariam para gerar um resultado já conhecido, supondo que concordassem em seguir o resultado da consulta.

A alteração necessária no estatuto para resolver o impasse – medida ao alcance do Consun – incluiria o fim da obrigatoriedade da consulta à comunidade. “Assim as entidades representativas dos docentes, técnico-administrativos e alunos passariam a fazer consulta em suas bases, como ocorre em outras universidades do Brasil”, observa Scherer. Neste caso, o resultado enviado para o Consun poderia ou não ser acatado pelos conselheiros. E, embora estejamos vivendo uma plena democracia, o primeiro nome da lista pode não ser o indicado pelo ministro da Educação. O ideal mesmo, pondera o professor, seria mudar a Lei 9.192/95, de maneira que o Consun – ou outro colegiado superior – tivesse o papel de organizar o pleito, de acordo com critérios pré-estabelecidos pela própria universidade, e ratificar o resultado da consulta.

Situações constrangedoras

Tamanha é a confusão gerada pelos pontos conflituosos da Lei 9.192/95, que na última eleição para reitor da Ufrgs, em 2008, o Consun votou apenas nos dois primeiros colocados na consulta. Mas a lista a ser enviada ao MEC deveria conter três nomes, como determina a legislação. “O Consun se viu em um beco sem saída, porque se mandasse uma lista com dois nomes apenas, o MEC devolveria, e se fizesse uma segunda eleição para indicar um terceiro nome estaria contra a Lei, que prevê voto secreto, uninominal em escrutínio único”, explica Scherer.

Em 2000, os conselheiros também se viram em apuros. Na consulta à comunidade houve apenas uma chapa inscrita e o Consun teve que indicar mais dois nomes que não haviam sido avaliados em conjunto

para compor a lista tríplice. O descontentamento e a indignação com o mecanismo de escolha dos dirigentes das Ifes foram registrados nas atas pelos conselheiros, que, em sua maioria, consideram as leis que regem a questão – Lei 9.192/95 e Decreto 1.916/96 – como uma afronta à autonomia universitária. “.....Por este decreto foram desvirtuados os mecanismos de consulta, proibidos processos eletivos que se esgotassem no âmbito universitário, forçada a mudança da composição dos órgãos colegiados e normas estatutárias....Este decreto tem como objetivo destruir os vínculos entre a comunidade universitária e seus órgãos institucionais e, deste modo, aumenta o grau de liberdade de intervenção do governo federal na escolha dos reitores das Ifes.....”, diz uma declaração de voto assinada pelos então conselheiros Helen Osório, Maria Medianeira Gonzalez e Paulo Livotto, em 2000, e registrada em ata.

Mesmo antes da Lei atual, a escolha para dirigentes na Ufrgs já criava situações constrangedoras, como a ocorrida em 1988, quando a maioria elegeu Alceu Ferrari, mas o MEC nomeou Gerhard Jacob, que havia ficado em terceiro lugar na votação geral, porém mais votado entre os docentes. “Foi uma situação muito chata. Na época, avaliamos que o professor Jacob não deveria ter aceitado a nomeação do MEC”, relembra Claudio Scherer. No final da década de 1980, quando a democracia havia sido reestabelecida, os conselhos superiores já demonstravam vontade de transformar a consulta à comunidade em eleição direta.

O peso do voto

Mesmo que haja um consenso entre professores, técnico-administrativos e alunos de que deveria haver eleição direta para reitor, o impasse surge quando o assunto é o peso do voto. A Lei prevê peso de 70% para docentes, mas três anos antes dela entrar em vigor, o Conselho Universitário da Ufrgs definiu a proporção de 50% para docentes, 25% para técnico-administrativos e 25% para alunos. “Acho justa esta proporção. Pois 70% para os docentes é muito, mas 40%, como tem sido proposto, é pouco”, opina Scherer, que vivenciou de perto toda a polêmica relacionada às eleições para reitor nos últimos 20

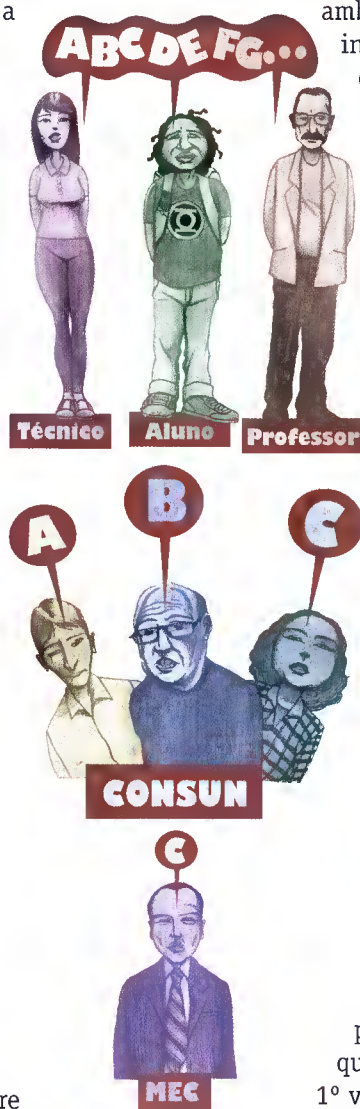
anos. Ele defende proporção igual para alunos e técnico-administrativos. “Embora os estudantes estejam de passagem pela Universidade, o anseio deles é por melhor qualidade no ensino, pesquisa e extensão, enquanto os técnico-administrativos poderiam colocar as questões corporativas acima de interesses gerais”, justifica.

Na eleição de 2008, o peso do voto foi o pivô da confusão. Diante da pressão dos técnico-administrativos e alunos pela paridade entre os três segmentos – antiga bandeira de luta de ambas as categorias – as quatro chapas inscritas assinaram um acordo, a revelia do Conselho Universitário, que previa a proporção de 40% para docentes, 30% para técnico-administrativos e 30% para estudantes. “Mas na hora de computar os votos, a chapa 1 apresentou uma interpretação para o acordo, pela qual ela seria a vencedora, enquanto que, pela interpretação já usada em eleições anteriores, a vencedora seria a chapa 2. Pela forma determinada na lei, também a chapa 2 era vencedora. O Consun escolheu o candidato da chapa 2 como primeiro da lista”, conta Scherer.

Em várias universidades federais do Brasil, onde o estatuto não prevê a realização de consulta à comunidade, são as entidades representativas de classe que realizam a moderação em suas bases e depois enviam o resultado ao Consun. No caso da Ufrgs, em que o estatuto coloca a consulta como obrigatória, cabe à Universidade organizar e realizar o pleito, o qual deve seguir a proporção determinada por Lei (peso de 70% para os docentes). Por isso, a cada quatro anos vive-se um impasse. Para o 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, “a solução mais rápida seria alterar o estatuto.

Mas tudo se resolveria mesmo se mudassem a Lei. E esse movimento tem que partir da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes)”, reforça.

A diretoria da Adufrgs-Sindical defende que a eleição para reitor deve seguir os critérios estabelecidos por lei, que respeite a autonomia constitucional da universidade. E havendo insatisfação da comunidade acadêmica, as mudanças devem ser feitas através dos mecanismos legais. ☞



Número de brasileiros que atuam no exterior cresce 14%

Cada vez mais brasileiros estão pegando um voo internacional para ir à universidade. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que o número de brasileiros de nível superior estudando fora cresceu 14% em apenas um ano.

Segundo o relatório Education at a Glance de 2010, em 2008 foram 27.571 alunos contra 24.157 em 2007. Em 2000, esse número era de 11 mil. Os países para os quais o Brasil mais envia universitários são Estados Unidos, França, Portugal, Espanha e Alemanha, segundo a OCDE.

O número de estudantes que têm conseguido bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, aumentou 23% nos últimos cinco anos. Em 2010, 4.900 brasileiros foram fazer graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou estágio no exterior, com bolsas de US\$ 870 a US\$ 2.300, além de auxílio-instalação e seguro-saúde. Eles foram principalmente para Estados Unidos, França e Portugal. Em 2006, o número de bolsistas era de 3.965.

Já a quantidade de bolsas para o exterior concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência e Tecnologia, caiu nos últimos anos: em 2010, foram 437; sendo que no

ano anterior eram 579.

Com a divulgação, em julho, de que a Capes e o CNPq concederão 75 mil bolsas de estudo no exterior deve aumentar ainda mais a presença de brasileiros em centros de excelência em pesquisa e ensino do mundo.

Ao conceder bolsas de estudos no exterior, o governo espera que os alunos retornem trazendo o conhecimento adquirido. Mas nem sempre isso ocorre. O CNPq estima que 3% dos 437 beneficiados por bolsas em 2010 não voltaram para o Brasil. Assim, ficam obrigados a devolver o dinheiro que receberam do governo.

Em alguns casos, o governo tem que entrar na Justiça para reaver o investimento. Há pesquisadores que devem cerca de R\$ 300 mil ao CNPq. Na Capes, entre 2002 e o primeiro semestre de 2009, foram identificadas irregularidades em 44 bolsas. São casos de estudantes que não retornaram, não ficaram tempo suficiente no Brasil ou não concluíram o curso.

Fonte: O Globo



Conselho Federal cria novas áreas de atuação da Medicina

Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) publicada em agosto no Diário Oficial da União cria mais três áreas de atuação médica: medicina do sono, paliativa e tropical. Com a medida, ao ingressar em programa de residência em infectologia, por exemplo, o profissional poderá receber treinamento adicional específico na área de medicina tropical.

De acordo com a resolução do CFM, no caso da medicina paliativa, a mesma está associada às especialidades de clínica médica, cancerologia, geriatria e gerontologia, medicina de família e comunidade, pediatria e anestesiologia.

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que 65% dos portadores de doenças crônicas necessitam de cuidados paliativos. Com a publicação da norma que criou esta área de atuação, a Comissão Nacional de Medicina Paliativa da Associação Médica Brasileira (AMB) definirá os critérios para o reconhecimento dos primeiros paliativis-

tas titulados do país.

A medicina tropical, vinculada à especialidade infectologia, é dedicada ao estudo e tratamento de doenças como malária, febre amarela, dengue, esquistossomose e leishmaniose, típicas de regiões tropicais.

As áreas de atuação ligadas ao estudo e tratamento da dor, antes associadas às especialidades anestesiologia e neurologia, passam a ser associadas também à acupuntura, medicina física e reabilitação, neurocirurgia e ortopedia e traumatologia.

A especialidade medicina legal passa a ser denominada medicina legal e perícia médica. E deixam de ser tratadas como áreas de atuação cirurgia de coluna, perícia médica, reprodução humana e medicina aeroespacial. Houve também ampliação no número de especialidades vinculadas à hepatologia que, a partir de agora, será ligada à clínica médica e à infectologia.



Fonte: site/Adurfgs

Novo mamífero é descoberto em parque nacional do Rio de Janeiro

Um novo mamífero foi descoberto por pesquisadores brasileiros no Parque Nacional Restinga de Jurubatiba, na região de Macaé, no Rio de Janeiro. Chamado de ratinho-goytacá (*Cerradomys goytaca*) - uma homenagem aos goytacazes, índios que habitavam a região litorânea do norte fluminense -, a nova espécie foi descrita por cientistas da UFRJ em um artigo publicado na revista internacional *Journal of Mammalogy*.

O mamífero tem parentesco com espécies que vivem no cerrado e habita moitas da árvore clusia, muito comum na parte aberta da restinga. Durante o dia, ele permanece em seu ninho, em meio a bromélias ou mesmo galhos da clusia. À noite, procura por alimentos como coquinhos de guriri ou juruba, uma famosa palmeirinha que deu nome ao parque. Novos estudos serão realizados para entender sua origem evolutiva, ecologia, comportamento e como as transformações regionais causadas pelo homem poderão afetar as populações do animal.

Fonte: G1



Câmera da ESA examinará a Via Láctea

Com um bilhão de pixels de resolução, a maior câmera digital inventada para uma missão espacial foi criada pela Agência Espacial Européia (ESA) para examinar a Via Láctea.

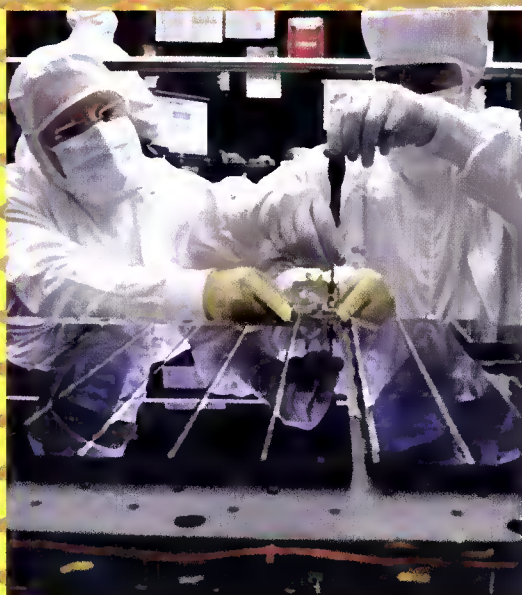
Para a construção do equipamento, a ESA teve de encaixar 106 dispositivos de detecção eletrônicos. Eles constituem um olho supersensível com o qual a agência pretende detectar estrelas de luminosidade um milhão de vezes inferior à que o olho humano pode perceber da terra.

Apesar de seu amplo rastreamento do espaço, a câmara classificará apenas 1% das estrelas da Via Láctea.

O projeto, batizado como Galaxy-mapping Gaia Mission, terá início em 2013 e deve durar cinco anos. Por meio dele, serão determinados o brilho e as características espectrais dos astros, além de suas posições e seus movimentos tridimensionais.

O novo mapa elaborado pela agência espacial ajudará a classificar, além das estrelas, outros corpos celestes do Sistema Solar, de galáxias mais distantes e quasares (fontes de energia eletromagnéticas).

Fonte: EFE



Robô chinês monitora desmatamento na floresta

Inspirado em pequenas lagartas, um robô chamado Treebot pode ser a nova solução da China para a preservação ambiental.

O robô escala árvores com suas pernas aracnídeas e é equipado com uma câmera para localizar qualquer perigo para a floresta entre as folhas. Seu corpo segmentado permite que ele passe por galhos complexos e faça curvas.

Idealizado pelo professor da Universidade de Hong Kong Xu Yangsheng, o Treebot possui uma câmera que transmite imagens em tempo real e pode ser ligada a uma célula de energia solar, de modo que não precisaria interromper seu trabalho para recarregar. Além disso, embora ele pese apenas 600g, pode carregar três vezes o seu peso.

A invenção ainda precisa de algum refinamento, pois a câmera não funciona bem sob luz fraca e ele tende a escorregar quando as árvores estão molhadas, mas Yangsheng disse que o potencial é óbvio. Ele espera que, em breve, o robô esteja escalando árvores ao redor do mundo.

Fonte: Reuters



Scielo

<http://www.scielo.org/php/index.php>

O Scientific Electronic Library Online (Scielo) é uma biblioteca online que contém uma coleção selecionada de materiais científicos brasileiros. Desenvolvido com a finalidade de responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e, em especial, na América Latina e no Caribe, o portal é resultado de uma cooperação entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), instituições nacionais e internacionais relacionadas com a comunicação científica e editores da área. O Scielo possui artigos, periódicos e fascículos. Além disso, também conta com uma seção de notícias e releases.



Capes

<http://www.capes.gov.br>

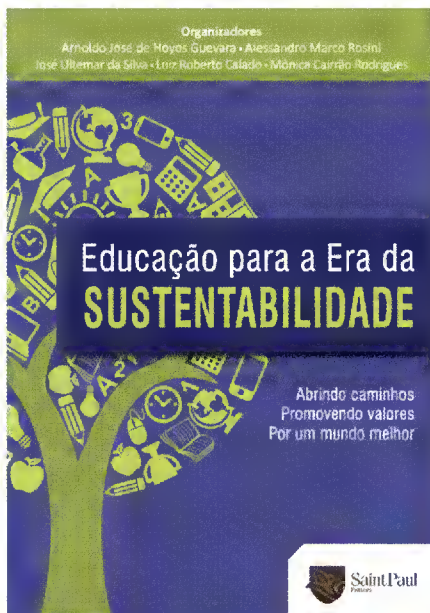
Outra opção para a busca de materiais científicos é o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Na aba serviços, localizada na barra da esquerda, uma boa escolha é o Banco de Teses, que reúne teses e dissertações defendidas junto aos programas de pós-graduação no Brasil. O material faz parte do Portal de Periódicos da Capes/MEC. Na página, a pesquisa pode ser feita por meio do link Resumos ou pelo próprio Portal de Periódicos.

BDTD

<http://bdtb.ibict.br>

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e estimula o registro e a publicação dos trabalhos em meio eletrônico. Com a coordenação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), a BDTD é um projeto que tem como objetivo possibilitar que a comunidade brasileira de Ciência e Tecnologia publique suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional. A busca dos trabalhos registrados pode ser feita por assuntos ou dados mais detalhados, como autor, título, resumo, entre outros.





Educação para a era da sustentabilidade

Autor: Vários

Editora: Saint Paul

Nesta obra, especialistas lançam mão de sua experiência para reafirmar a importância da educação e de todos os agentes que compõem a comunidade educacional para o processo de construção da sustentabilidade. O livro reflete a emergência de uma educação, em sua forma sustentável, que está levando à transformação da consciência coletiva e pode ajudar a humanidade a dar um salto qualitativo e alcançar o equilíbrio entre a realidade interior e exterior do ser humano e entre este e a natureza.

232 páginas

Preço: R\$69,00

Sustentabilidade - A legitimação de um novo valor

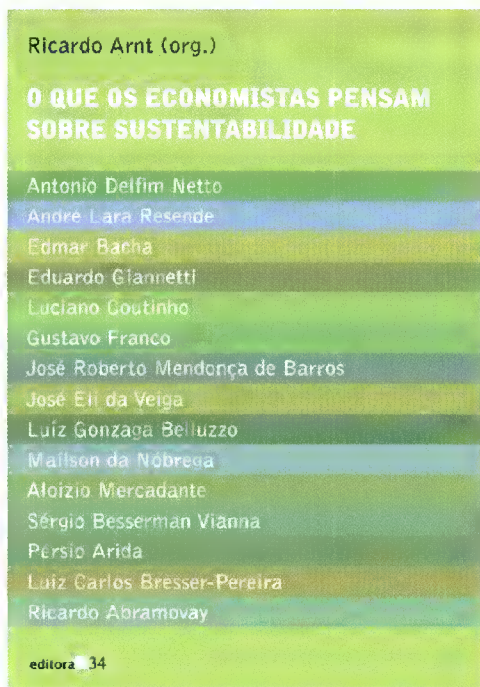
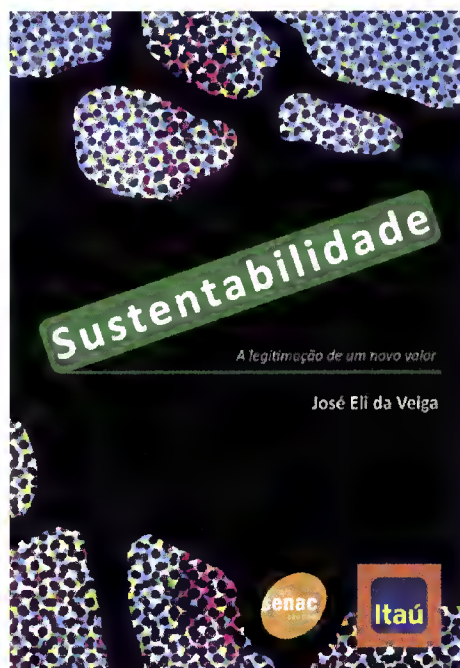
Autor: José Eli da Veiga

Editora: Senac - São Paulo

Como definir sustentabilidade e assim possibilitar, em última análise, a prevenção de crimes contra o meio ambiente? São muitas as variáveis em jogo, e sempre haverá uma brecha em que se apoiar para cometer atos ilícitos. Nesta obra, José Eli da Veiga afirma que a falta de uma definição de sustentabilidade não pode - e não deve - impedir medidas restritivas por parte do poder público, um assunto de discussão em vários segmentos da sociedade civil moderna.

160 páginas

Preço: R\$ 35,00



O que os economistas pensam sobre sustentabilidade

Organizador: Ricardo Arnt

Editora 34

O livro reúne ideias de 15 economistas, que discutem teses de sustentabilidade, mostrando como encaram suas propostas, por que as aceitam ou refutam, e o que consideram necessário, viável ou utópico. Há também reflexões sobre as críticas ambientalistas à teoria econômica. A publicação contém depoimentos que podem ajudar o leitor entender a agenda climática e as estratégias para o enfrentamento da crise ambiental.

288 páginas

Preço: R\$ 44,00



Projeto Educação pela Sustentabilidade rompe barreiras que separam professores e alunos

Grupo de trabalho quer colocar em prática pesquisa que concorreu a prêmio nacional

por **Ana Maria Bicca**

Resgatar a consciência dos adolescentes sobre conceitos e boas práticas ambientais é o principal objetivo do projeto Educação pela Sustentabilidade, desenvolvido pelo grupo de Pesquisa em Sustentabilidade e Inovação (GPS), da Escola de Administração da Ufrgs. A ideia é auxiliar os professores do Ensino Médio, com materiais sobre temas relacionados ao meio ambiente, a mobilizarem os alunos no engajamento para causas ambientais.

Segundo um dos coordenadores do projeto, professor Luís Felipe Nascimento, quando pequenas, as crianças são muito sensibilizadas com questões ambientais na escola, onde são trabalhados tópicos como a separação do lixo, confecção de horta e outras preocupações com o meio ambiente em geral. Por vezes, se tornam “educadoras dos próprios pais”, chamando a atenção quando eles deixam as luzes acesas, ou para a importância de separar o lixo, entre outras atitudes que aprendem nas instituições de ensino.

“Mas quando essas crianças crescem e chegam à adolescência, que coincide com os alunos do Ensino Médio, têm um comportamento típico da idade, que é

o de rebeldia”, explica Nascimento. E, muitas vezes, os professores não estão capacitados para trabalhar as questões de sustentabilidade com esse público. Por meio de pesquisas realizadas pelo grupo, foi constatado que, quando o assunto é trabalhado nas escolas, sustentabilidade soa como sinônimo de “não deve”. “O que nós observamos em algumas escolas foi que, quando o assunto é trabalhado em sala de aula, é dito para os alunos que não se deve gastar muita energia, não se deve demorar no banho, não se deve gastar muita água, e que não se deve ser consumista, entre outras coisas”, exemplifica o docente.

Inicialmente, o projeto foi trabalhado em conjunto com os estudantes da graduação e da pós-graduação. Durante o semestre, os alunos desenvolveram materiais, metodologias e abordagens para os professores do Ensino Médio sobre 12 temas relacionados ao meio ambiente, como água, energia, resíduos sólidos, ecomoda e ecodesign, mobilidade e mudanças climáticas. Isso, para que eles possam chegar aos alunos através de uma linguagem mais próxima.

Durante a semana do meio ambiente, o projeto foi colocado em prática: “Nós fizemos uma aplicação destes estudos. Fomos a uma escola de Ensino Médio, em Canoas, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRGS), e, com a colaboração da instituição, cada grupo trabalhou com uma turma de alunos”, conta o professor. Na ocasião, foram realizadas oficinas, em que os grupos apresentaram os temas com uma abordagem mais criativa, no intuito de sensibilizar os alunos. Os responsáveis por ecomoda, por exemplo, levaram camisetas, tênis, chinelos usados, e pincéis, para que os alunos os transformassem em algo do interesse deles.

Segundo Nascimento, muitas vezes, o adolescente quer se diferenciar, mas isso não significa necessariamente comprar uma roupa de grife. Confeccionar sua própria vestimenta pode ser uma boa alternativa.

Ao final, a avaliação do trabalho foi positiva, tanto pelos professores da escola, quanto pelos alunos, que pediram a repetição das oficinas no próximo semestre.

Classificação na Gincana do SWU

Depois da atividade no IFRGS, o projeto foi mais longe. A ideia partiu de uma das integrantes do GPS, Virgínia Sebastião da Silva, que viu a oportunidade em um grupo do site de relacionamentos Facebook. A mestranda decidiu inscrever o projeto na Gincana Impacto Zero, promovida pelo movimento Starts With You (SWU), e que abrange universidades de todo o Brasil. Para a inscrição, os alunos deveriam escrever um projeto de 15 páginas.

O processo de seleção, no entanto, estava quase encerrado e eles teriam apenas três dias para redigir as ideias e escolher os 20 participantes. “Como a idade máxima era de 25 anos, ficou um pouco limitado para

realizada no IFRGS durante a semana do meio ambiente. E, apesar da correria, o grupo foi selecionado para a primeira fase da gincana. De 100 trabalhos inscritos, o projeto Educação pela Sustentabilidade ficou entre os 20 classificados.

Infelizmente, a equipe não passou da segunda etapa da atividade, que tinha como tarefa reunir a maior quantidade de lixo seco e fazer uma triagem do material recolhido. Mas o grupo conseguiu juntar cerca de quatro toneladas de resíduos, quantidade para encher dois caminhões do DMLU, um caminhão pequeno de frete, e mais duas picapes.

O estudante Lucas Bilessimo, que acabou integrando o grupo, considera a participação na gincana uma “experiência ímpar”, pois, além de trazer conhecimento, promoveu também uma vivência construtiva. “Nos impressionamos ao nos darmos conta da quantidade de lixo que é produzido, e ficamos tristes pelo fato de muitas pessoas ainda não terem consciência da importância do descarte correto”, diz o aluno do oitavo semestre de administração.

Outro ponto destacado pelo universitário foi a questão do desperdício: foram encontrados restos de comidas em embalagens, revistas que sequer foram abertas, aparelhos eletrônicos em bom estado, e diversos tipos de materiais que ainda poderiam ser utilizados e, quem sabe até, encaminhados para doação. “Tive dois colegas que saíram com celulares novos desta coleta”, afirma. Nascimento enfatiza que os alunos puderam ter outra visão sobre o tema, e passaram a se questionar sobre o comportamento de consumo da sociedade.

Trabalho de conscientização

Embora o projeto não tenha seguido na Gincana do SWU, o grupo está em busca de patrocinadores para que possa colocá-lo em prática. O entrave para a continuação e implementação, neste momento, é o patrocínio para a confecção dos materiais para os educadores e também para o preparo de um curso à distância, para que todas as universidades envolvidas possam realizar um trabalho semelhante. “Gostaríamos muito de seguir com esta ideia, mas tudo dependerá de recursos financeiros”, argumenta Virgínia.

Cálculos realizados pela equipe chegaram à conclusão de que o trabalho pode atingir aproximadamente 600 mil pessoas, dentre elas alunos do Ensino Médio, seus familiares e vizinhos. A ideia é trabalhar com 30 universidades, que levariam a 30 escolas temas relacionados ao meio ambiente. Desta forma, seriam qualificados 300 professores que chegariam a 15 mil alunos. Cada estudante teria como tarefa ensinar e trabalhar as boas práticas em 10 residências. ♻️



Na foto da página 24, integrantes reunidos no local onde foi feita a separação do lixo. Acima, equipe recolhendo o lixo para levar ao galpão onde o material foi separado

os alunos da pós-graduação. Então, buscamos interessados na graduação”, lembra Virgínia. Enquanto o professor escrevia o projeto, ela recrutava os alunos nas salas de aula. Para a gincana, o trabalho teve a coordenação de Nascimento e da professora Márcia Barcellos, que também coordenou a atividade

Documentário

Para compreender melhor a questão da sustentabilidade e reciclagem, uma boa dica é assistir ao documentário Lixo Extraordinário. Sob a direção de Lucy Walker, Karen Harley e João Jardim, o curta acompanha o trabalho do artista plástico Vik Muniz em um dos maiores aterros sanitários do mundo: o Jardim Gramacho, situado na periferia do Rio de Janeiro. Inicialmente, a ideia era fotografar um grupo de catadores de materiais recicláveis, com o objetivo de apenas retratá-los. No entanto, o convívio com os personagens trouxe a revelação da dignidade e do desespero que eles enfrentam quando sugestionados a imaginar suas vidas fora daquele ambiente. Com 90 minutos de duração, o filme mistura arte e lixo, e possibilita a reflexão sobre a reciclagem de materiais e a vida de quem trabalha como catador.

Confira em: http://www.youtube.com/watch?v=_pyR9qCd2F8

Site

O sistema de busca para a destinação adequada do material pet no País, desenvolvido pela Associação Brasileira da Indústria do Pet (Abipet), permite encontrar os locais onde é possível fazer o descarte correto deste material nas cidades brasileiras. Para utilizar o programa, basta acessar <http://www.levpet.org.br> e digitar o endereço desejado. O sistema fornecerá uma lista de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), cooperativa de catadores, postos de coleta, comerciantes de recicláveis, ONGs, entidades assistenciais e profissionais que recebem o material reciclado em locais próximos ao endereço solicitado.

Museu preserva trajetória de Programa de Pós-Graduação em Genética

por Michelle Rolante



No Museu de Genética estão expostos diversos materiais utilizados em aulas, documentos históricos e equipamentos e utensílios que serviam aos laboratórios do PPGBM



O Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular (PPGBM) da Ufrgs começou a partir do interesse do professor Antonio Rodrigues Cordeiro pela biologia em geral. “Ele fez parte de um jornalzinho do Centro Acadêmico Franklin Roosevelt, que era elaborado pelos estudantes de Filosofia. Na ocasião, Cordeiro publicou uma notinha sobre pesquisa, e logo após foi convidado pelo então presidente Getúlio Vargas para ir com os dirigentes do Centro ao Rio de Janeiro”, lembra o professor emérito Francisco Mauro Salzano. Na volta, Antonio Cordeiro parou em São Paulo para conversar com o professor Crodowaldo Pavan, que estava desenvolvendo pesquisas com drósófilas à época.

De acordo com Salzano, durante esse encontro, Pavan ensinou para Cordeiro como se coletava drósófilas - as moscas das frutas - e quando ele retornou ao Sul, começou a colaborar com pesquisadores de São Paulo. Depois, surgiu a oportunidade de Cordeiro passar um ano trabalhando com o professor Theodosius Dobzhansky, um russo, naturalizado norte-americano que esteve no Brasil pela primeira vez em 1943, para estudar a taxonomia das espécies de drósófilas. Na época, o professor Cordeiro foi fundador do Grupo de Genética em Porto Alegre, o que foi fundamental para o início das pesquisas na área.

A genética no Rio Grande do Sul iniciou em um dos porões da Faculdade de Direito da Ufrgs (veja foto na página 29), porque a Faculdade de Filosofia, que agregava o Curso de História Natural, onde se localizavam a Biologia e a Genética, apesar de já ter sido criada, ainda não possuía prédio próprio. Mesmo que de forma modesta, os laboratórios contavam com bons aparelhos, devido ao apoio da Fundação Rockefeller. Assim, surgiu o Curso de Pós-Graduação em Genética, que deu origem ao Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da Universidade, pioneiro na Pós-Graduação Stricto Sensu em solo gaúcho. ➤



Claiton Bau, Francisco Salzano (centro) e Lavinia Schüler-Faccini destacam a importância do resgate histórico do Programa na Universidade e no Estado

Nessa época, o Brasil era conhecido como um país pouco industrializado, e foi a partir da década de 1950 que se passou a buscar uma institucionalização mais importante da ciência. A Genética avançou muito neste sentido, na mesma época em que surgiu o Programa. Quatro anos depois da criação do Departamento de Genética e um ano antes da criação de seu Curso de Especialização, em 1953, o trabalho clássico de Watson e Crick, que descobriram a estrutura do DNA, foi publicado na revista *Nature*. “Nossa instituição teve a oportunidade de acompanhar muito de perto o surgimento da Genética Moderna, através disso tudo”, destaca Claiton Bau, atual professor do Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular.

Reconhecimento externo

A Especialização começou em 1954, e neste período já havia pesquisas do grupo com repercussão internacional e artigos publicados em revistas do exterior, como a *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* (PNAS), *Nature* e *Science*. “Muitas instituições de pesquisa do mundo nunca publicaram um artigo em revistas conceituadas internacionalmente como estas, e o nosso grupo já fazia isso na década de 1950”, diz o professor, ressaltando que todos os artigos da área são revisados muito duramente, e que grande parte das pesquisas realizadas nem sequer é publicada. Alguns anos depois, em 1963, foi implementado o Doutorado com a defesa de duas teses em 1968: a primeira é defendida por Israel Roisenberg, e a segunda, por Edmundo Kanan Marques. Ainda em 1968, inicia o Mestrado, que teve a apresentação da dissertação da professora Margarete S. Mattevi em 1971. “Essas atividades deram início, na década de 1960, ao Mestrado e Doutorado do PPGBM”, conta Bau.

Desde então, a Pós-Graduação sempre obteve os maiores conceitos dentro da avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). “O PPGBM sempre foi avaliado pela Capes como um Programa que se equipara em

qualidade aos melhores da área em nível mundial”, observa Bau. Por isso, a internacionalização é uma marca do Programa, que desde a sua criação sempre esteve em contato muito estreito com pesquisadores do exterior. As primeiras bolsas financiadas pela Capes para professores estrangeiros trouxeram pesquisadores como os norte-americanos William Millstead, ecologista, e Ives Townsend, geneticista, para ministrar cursos e desenvolver pesquisas no Programa de Genética, já em 1954. Outro colaborador importante foi Theodosius Dobzhansky (1900-1975), que tinha um vínculo muito estreito com o Departamento de Genética.

Antes dessa época, havia a outorga de títulos de doutor, porém estes não eram dados como resultado da conclusão de um curso de Pós-Graduação com um trabalho de pesquisa original - muitas vezes, eram resultado de uma compilação de informações, uma espécie de monografia. Com a formalização dos cursos de Pós, atualmente o Brasil pode formar milhares de doutores por ano, sendo esta uma das áreas em que o País mais se destaca no cenário internacional em relação a seu produto interno bruto. “O Brasil tem crescido muito na formação de mestres, doutores, e na publicação de pesquisas científicas. Nós publicamos tanto quanto vários países europeus, porém ainda não há uma interface suficientemente forte com a indústria nacional. Mesmo com uma série de aplicações que mudaram profundamente a história de algumas áreas aqui no Estado”, destaca Bau.

Segundo o docente, o Rio Grande do Sul é um dos estados que tem maior disponibilidade de atendimento em saúde pública para doenças genéticas raras e complexas, a exemplo do Hospital de Clínicas. “Boa parte desse trabalho é realizado por professores do Programa de Pós-Graduação em Genética. É uma história longa, que foi fundamental para termos essa produção científica que não para de crescer”, revela.

Nos anos 1970, o Departamento recebeu um grande número de estudantes de todo o Brasil, que depois seriam os fundadores de programas de Pós-Graduação em Genética em diversos estados. “Temos

alunos egressos da Ufrgs, que são importantes pesquisadores em todo o Brasil. Atualmente, existem programas de Pós-Graduação fortes em todo País”, afirma o professor Claiton Bau.

Para a docente Lavinia Schüller-Faccini, outra característica importante do PPGBM da Ufrgs é ter diversas áreas de atuação. “Nós temos genética médica, genética humana, genética de animais, genética vegetal, entre outras”, destaca. Mesmo em áreas diferentes, os professores participam de seminários conjuntos e não há divisão do Programa, que mantém uma identidade forte, conservando a variabilidade. “Isso ajuda a manter uma massa crítica”, afirma Lavinia. Ela destaca a importância de manter viva a trajetória da Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular e do Departamento de Genética, e lembra que, para isso, foi implementado um museu que reúne a história de ambos.

Resgate de documentos

A criação de um museu tinha o objetivo de evitar que a história dos programas de Pós-Graduação pioneiros na área de Genética se perdesse. De acordo com a professora Lavinia, essa necessidade surgiu quando se percebeu a dificuldade de saber exatamente quando o Programa havia começado. “Observamos que se um documento com essa informação básica não existia, toda história e pioneirismo desta Pós poderia se perder”.

O projeto foi idealizado pelo professor Claiton Bau, que na época era coordenador da Pós-Graduação, e contou com o apoio de vários professores. Primeiro foi realizado um resgate de documentos escritos que foram buscados nos arquivos da Universidade - trabalho que foi executado pela historiadora Naira Menezes. Além disso, vários documentos que ficaram em propriedade de professores, como fotografias entre outros importantes para contar essa história, foram resgatados.

Uma ampliação do projeto de busca da memória histórica foi feita através da coleta de depoimentos, que agora estão disponíveis na área multimídia do

museu. A partir daí surgiu o documentário Efeito Fundador, com relatos, imagens com fotos históricas, e notícias ligadas a descobertas da Genética. “Para abrigar todos os documentos, objetos e até equipamentos utilizados nos laboratórios que foram resgatados, foi criado o Museu de Genética, com a colaboração das museólogas Vera Rangel e Giovana Ellwanger”, conta Lavinia. “Foi destinado um espaço nobre do prédio novo para o Museu Interativo de Genética”, completa Bau, dizendo que a decisão foi unânime entre os professores. O objetivo, agora, é divulgar o Museu, não só para a comunidade universitária, mas também para a população em geral.

Entre os vários depoimentos do documentário, estão os dos professores Salzano e Cordeiro, este último atualmente aposentado. O filme traz também outros depoimentos importantes de profissionais que participaram ativamente dessa época. De acordo com Salzano, havia um pouco de desprezo em relação à memória, aos prédios e à questão do patrimônio histórico. “Agora isto está mudando, e é fundamental, porque o que somos no presente e o que seremos no futuro, está em parte baseado no que fomos no passado”, filosofa, afirmando que isso é uma construção, como a do processo evolutivo, um dos principais objetos de estudo do Programa. “Atualmente a genética está na boca do povo, pois há todo um fluxo de informações sobre esta especialidade, que agora surge na mídia. E é importante que as pessoas saibam o que está sendo feito, inclusive para melhorar a saúde delas. Na medicina, por exemplo, há toda uma área voltada às doenças hereditárias.”

O professor Claiton Bau destaca, ainda, que a genética brasileira tem total autonomia em todas as suas especialidades, e que no mundo inteiro esta ciência está evoluindo. “Não há nenhum avanço tecnológico genético que nós não tenhamos capacidade de avaliar se é bom ou ruim. Esse é o resultado de se ter uma universidade forte em cada país”, ressalta o docente, que espera que essa história sirva de incentivo para os novos alunos. 📖



Para visitar o Museu de Genética

Horário: 14h às 17h

Local: Departamento de Genética
(Instituto de Biociências-Ufrgs)

Av. Bento Gonçalves 9500 - Campus
do Vale - Prédio 43312, Sala 202
Fones: 51 3308-9818 ou 3308-6718

ESPECIAL

Favet leva **Projeto Bicho Amigo** para comunidades carentes de Porto Alegre

Programa visa contribuir com a qualidade de vida destas populações,
através de ações de melhoria na saúde pública e animal

por Michelle Rolante



O Projeto Bicho Amigo, programa educacional com foco em saúde pública de comunidades em vulnerabilidade sócio-econômico-ambiental, já é realidade em Porto Alegre. O trabalho ocorre desde o dia 5 de setembro, através de ações preventivas, como vacinações e vermifugações, e de esterilizações de animais domésticos. Nascido dentro da Faculdade de Veterinária (Favet) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), e realizado em parceria com a Prefeitura Municipal, o programa pretende alertar as pessoas das comunidades atendidas sobre a importância do controle populacional e do bem-estar dos animais. Com caráter multidisciplinar, as atividades envolvem vários professores da Universidade, vinculados às áreas de saúde pública, esterilização de pequenos animais, e clínica de equinos. Entre as atividades previstas no projeto estão consultas

veterinárias, identificação por microchip e cirurgias de esterilização de cães e gatos.

De acordo com a professora Liris Kindlein, coordenadora da Comissão de Extensão da Favet e responsável pelo programa, inicialmente estão sendo realizadas ações educativas, com o objetivo de mostrar às comunidades que o bem-estar dos animais é importante e está associado ao controle de zoonoses, estando diretamente relacionado à saúde das pessoas. "É preciso que eles entendam que se os animais estiverem saudáveis, suas famílias também estarão", destaca Liris, lembrando que nestes locais existem muitos problemas sanitários, como a presença de ratos e má higienização, decorrentes, na maioria das vezes, da pouca instrução das pessoas.

A coordenadora do programa ressalta que um levantamento epidemiológico in loco de comunidades nestas condições, realizado pela Favet, verificou, dentre as principais demandas emergentes, a necessidade de vacinação, vermifugação, esterilização de animais domésticos e atendimento nutricional e preventivo de equinos, estes últimos muito utilizados por carroceiros. Além disso, o projeto também pretende realizar controle da potabilidade da água de consumo das residências e conscientizar as populações sobre a importância da higiene.

Para implementar os atendimentos, o projeto foi reestruturado pela Favet e conta com a Unidade Móvel I, de Esterilização e Educação em Saúde (UMEES), um motor-home equipado para a realização de cirurgias, com duas mesas que possuem anestesia inalatória e toda a infraestrutura e recursos necessários para a realização dos procedimentos, respeitando a legislação do Conselho de Medicina Veterinária (CMV). "Antes de iniciarmos o processo cirúrgico, são realizadas triagens em todos os animais candidatos à esterilização, através de anamnese e coleta de sangue, para verificar se estes estão aptos para o procedimento", informa Liris. Na anamnese são coletadas informações como idade do animal, peso, tipo sanguíneo, estado fisiológico e sanitário do mesmo. Após, o material é analisado no Laboratório de Análises Clínicas da Favet. O processo preventivo é necessário, antes de cada cirurgia de esterilização, para evitar que ocorram problemas sistêmicos ou hemorragias.

Se os animais estiverem em condições, a cirurgia é marcada sempre para a semana seguinte e o proprietário receberá informações sobre os cuidados pré e pós-operatório que deverá ter com seu bicho de estimação. As operações são realizadas na clínica móvel. "Estamos criando um cronograma das atividades que serão desenvolvidas nessas comunidades. Também contaremos com uma equipe multidisciplinar que terá sempre três veterinários forma-



dos, entre residentes e docentes, além de bolsistas de extensão para atendimento e acompanhamento dos procedimentos”, salienta Liris.

A professora conta que uma das dificuldades encontradas é a falta de dados das populações carentes, por isso serão preenchidas fichas cadastrais da comunidade atendida. Estes registros são importantes, pois servem para a formulação de índices relacionados à epidemiologia da cidade. “O Município não tem muitos dados epidemiológicos das populações em vulnerabilidade sócio-econômico-ambiental”, afirma Liris.

O programa terá uma carga horária de oito horas semanais dentro comunidades e mais 15 horas semanais na Universidade, com análises nos laboratórios, laudos e preparo de materiais para cirurgias e atendimentos pós-operatórios. O Bicho Amigo conta ainda com cerca de sete professores doutores vinculados ao projeto. A responsável técnica perante o CMV, que acompanha integralmente o processo de implementação do Projeto Bicho Amigo, é a veterinária Márcia Maria da Silva Generasca, funcionária da Prefeitura.

Os anestésicos, antibióticos e outros materiais de consumo utilizados nos procedimentos, são financiados pela Prefeitura, enquanto a Ufrgs disponibiliza residentes, docentes, médicos veterinários e acadêmicos para desenvolver as atividades. “A minha ideia é que, neste primeiro ano, o programa seja um projeto-piloto, para que depois possamos atender continuamente novas comunidades. Por isso estabelecemos essa carga horária de oito horas semanais no local, almejando intensificar as atividades, após despertarmos o interesse e obtermos retorno das populações”, afirma Liris.

O projeto Bicho Amigo pretende atender inicialmente cinco comunidades, entre elas o Residencial



Nova Chocolatão, a Vila Santa Terezinha, o Loteamento Bela Vista, o Loteamento Arco Íris e a Vila BSA. A proposta é que o trabalho com estas localidades encerre em um ano, uma vez que a Unidade Móvel permanecerá de dois a três meses em cada uma. Segundo a coordenadora, as primeiras palestras serão explicativas, visando mostrar às comunidades que receberão o projeto que, mesmo que alguns animais não tenham dono, estão ligados à rotina e influenciam a saúde pública destes locais.

“Nosso objetivo é conscientizar da importância de alguém assumir a responsabilidade sobre esses animais, para que os mesmos possam receber os atendimentos necessários”, frisa Liris, ressaltando que isso não significa passar o encargo adiante, mas sim mostrar que aqueles animais também fazem parte da vida destas comunidades, e que estando em adequado estado sanitário não transmitirão enfermidades. A coordenadora da Comissão de Extensão da Favet diz que, em lugares que já existem centros comunitários ou associações, algumas pessoas já assumem esse tipo de compromisso em prol do coletivo local. “Porém, esse fato dependerá muito do perfil de cada comunidade, pois cada uma tem suas particularidades. Assim, uma das ações será diminuir a incidência de animais de rua.”

A Universidade tem como objetivo, através dos programas de extensão, oportunizar a troca de conhecimentos da sociedade com os acadêmicos. Estes últimos ainda aproveitam da vivência nestas comunidades e do convívio com suas realidades para adquirir novas experiências. Por outro lado, as pessoas atendidas podem aumentar seu interesse pelo bem-estar dos animais e, com isso, diminuir os riscos de adquirir doenças transmitidas por eles. “Pretendemos que conceitos sobre saúde dos animais e higiene ambiental sejam transmitidos de pai para filho, melhorando a qualidade de vida destas comunidades em um futuro próximo”, projeta Liris. 🐾



Clínica móvel contém mesas para cirurgias (no alto da página). Também há espaço (foto acima) para separar os animais em atendimento

Contratação de docentes sem pós-graduação gera discussão no meio acadêmico

Projeto de lei permite a admissão de professores temporários sem títulos

O Projeto de Lei 222/2010, que tramita no Senado, autorizará universidades e faculdades a contratar professores sem pós-graduação para lecionarem em cursos superiores, de forma temporária. A proposta, que seria votada em julho, muda o artigo 66 da Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que ressalta a necessidade de preparação para o exercício do magistério superior “em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”. A LDB prevê também que, no mínimo, um terço do corpo docente das universidades e centros universitários deve ter titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

De acordo com a pró-reitora de graduação da Ufrgs, Valquíria Bassani, não há legislação própria para professores temporários no Brasil. Mas Medida Provisória, aprovada em julho, permite a contratação de até 20% de temporários em instituições federais de ensino. O atual projeto foi criticado por diversos órgãos e também pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Para Valquíria, a alteração na LDB é um retrocesso que remete a um período em que não havia formação suficiente de mestres e doutores. Quanto à necessidade de docentes com títulos, ela afirma que a importância está na postura repassada aos estudantes. “O aluno não sai pronto da universidade. O que se espera que seja ensinado por um professor, além do conhecimento especializado da área, é a capacidade de acessar e analisar informações, de fazer interrelações entre elas. Espera-se formar pessoas capazes de serem autônomas em suas iniciativas, de buscar conhecimento, compreender o mesmo e aplicá-lo.” A pró-reitora enfatiza que o aproveitamento de todo o conhecimento adquirido em sala de aula pode ocorrer por meio de estágios e demais atividades curriculares.

Com relação aos que apoiam o projeto e afirmam que um docente sem títulos pode ter uma grande experiência de mercado, Valquíria destaca que a contratação de professores sem titulação não pode

tornar-se regra. “Acho que formar é mais que doutrinar técnicas. A experiência é importante, mas a formação de um aluno pesquisador, que seja capaz de buscar informações, técnicas e tudo o que ele precisa para o exercício profissional, é muito mais relevante”, ressalta. Na Ufrgs, mais de 80% dos professores são doutores, o que demonstra a importância do título e que, ao contrário do que dizem muitos dos que são favoráveis ao projeto do Senado, há profissionais capacitados.

Procura por títulos cresce no País

A pós-graduação no Brasil foi implementada por volta dos anos 1970, mas o impulso na área ocorreu nos anos 1990, com a criação dos doutorados. No início dos anos 1980, todo o sistema de pós-graduação no Brasil titulava cerca de 1 mil doutores por ano. Hoje, são mais de 11 mil. Na Ufrgs, formam-se cerca de 700 doutores por ano e 1,2 mil a 1,7 mil mestres.

Segundo o pró-reitor de pós-graduação da Ufrgs, Aldo Bolten Lucion, o sistema de pós-graduação é muito jovem e se insere no esforço nacional para titular e aumentar a porcentagem de doutores no País. Lucion ressalta que este número por milhão de habitantes é muito pequeno. “Não se imagina, hoje em dia, uma sociedade que não seja baseada no conhecimento. Qualquer país do mundo não pensa ou projeta seu futuro sem projetar o desenvolvimento do conhecimento, da inovação, das tecnologias. E, para acompanhar o crescimento econômico, social e político do Brasil, é necessário um desenvolvimento cultural, científico, e tecnológico - e isso se faz através da pós-graduação”. Para Lucion, o novo projeto é um contracenso absoluto, pois, segundo ele, deveria haver mais doutores na sociedade.

Ele explica que várias medidas estão sendo tomadas para inserir profissionais com títulos em outros mercados de trabalho, não apenas nas universidades, para abrir canais de comunicação entre o meio acadêmico e o setor empresarial. ☛

Incubadora Tecnológica Héstia ganha expansão da sede

A expectativa da comunidade acadêmica é que a nova sede da Incubadora Tecnológica Héstia, que será implementada na região central de Porto Alegre, consiga agregar laboratórios e centros de pesquisas e possibilitar capacitação de última geração para gerir o desenvolvimento de produtos e serviços na área de engenharia, além de incentivar projetos ligados à área da ciência, tecnologia e inovação. Junto da Héstia, outros parceiros do projeto deverão ocupar espaço cedido pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic), segundo protocolo de intenções assinado em abril pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre.

De acordo com a gerente da incubadora, Silvana Kaster Tavares, o documento estabelece um período de 180 dias para realização de pesquisas na área, com o objetivo de definir os parâmetros de construção. Ela informa que já foi realizado um estudo Planialtimétrico para definir, a partir da Declaração Municipal das Condições Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo (DM), o índice construtivo. “Porém, na DM fornecida pela Prefeitura contava uma alça viária de viaduto do projeto original. E não se pode planejar um prédio sobre um viaduto”, destaca Suzana, explicando que o pedido precisou ser reencaminhado à Prefeitura para que seja atualizado o gravame, de forma a definir os parâmetros de uso da área. Após, será definida a construção e elaborada a planta do complexo. “Uma das ideias que surgiram foi realizar um concurso cultural para alunos e profissionais de arquitetura, visando a elaboração de um projeto para o local com características de modernidade, sustentabilidade e design, afinal o espaço é praticamente uma das portas de entrada da capital gaúcha.”


Em julho de 2004, foi criada a Unidade de Engenharia da Héstia e, em agosto de 2007, a Unidade de Física. Com a expansão, a incubadora funcionará em um terreno de 2 mil m², localizado na Av. Osvaldo Aranha, nos fundos da Smic. A gerente da incubadora informa que ainda está sendo definida qual área deste terreno será aproveitada para a edificação. “No local tem um conjunto de árvores de espécies protegidas, muito frondosas, que diminuem a possibilidade de aproveitamento para construção”, explica. Segundo ela, a Unidade Héstia Centro atenderá, pela proximidade, prioritariamente as áreas de Engenharias Civil, Elétrica e Mecânica, Ambiental e Design.

Atualmente, as modalidades de trabalho da Héstia são Pré-incubação, Incubação de Empresas e Incubação de Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de empresas. Silvana destaca que pretende implementar na incubadora um programa de Estímulo ao Empreendedorismo que prevê inclusão de disciplina do gênero na graduação. “Será um conjunto de cursos para desenvolvimento de perfil e habilidade em gestão, bem como um programa de pré-incubação, que lançará editais específicos para aumentar o número de candidatos a um possível processo de incubação de empresa.”

Entre os parceiros da Héstia, que utilizarão o espaço cedido e servirão como agentes de apoio aos projetos, estarão a empresa junior da Engenharia de Produção EPR, parte do Laboratório de Design, a Fundação da Escola de Engenharia, bem como um dos setores da Prefeitura, possivelmente a própria Smic.

O plano inicial é de construir um prédio de nove andares, com três níveis de estacionamento, cerca de 30 salas para os programas de incubação e pré-incubação, auditório, salas de aula, sala de reunião e áreas dos parceiros, entre outros. “Porém, como não temos o índice construtivo da área, ainda não podemos definir os serviços que poderão ser oferecidos”, alega Silvana, ressaltando que o grupo trabalha junto à Smic para obter essas definições até o final do prazo de 180 dias.

Na opinião da secretária de Desenvolvimento Tecnológico da Ufrgs, Raquel Mauler, com esse novo espaço destinado à incubadora Héstia, haverá a possibilidade, inclusive, de ampliar o número de empresas atendidas pela Instituição. “Hoje em dia, como não temos espaço físico, não podemos abrigar muitas empresas, e vários alunos ao fazerem seus projetos de iniciação científica, mestrado e doutorado vislumbram uma aplicação tecnológica que eles mesmos possam complementar. Assim, estes estudantes podem incubar uma empresa e, quem sabe, depois possam já entrar no mercado”, explana.

As empresas incubadas na Ufrgs devem estar próximas dos laboratórios com os quais elas têm relação. Esta é a melhor forma de gerar o fluxo de conhecimento, para que as marcas possam se firmar. De acordo com Raquel Mauler, é importante a Universidade desenvolver pesquisas não só estritamente acadêmicas, mas também aplicadas, buscando desenvolver tecnologias que possam ser colocadas no mercado. “Não podemos ficar dependendo de tecnologias exclusivamente externas”, avalia. 

Atividades para outubro!

No mês do professor, a Adufrgs-Sindical promove uma série de eventos.

AGENDE-SE!

11/10 às 20hs

Jantar de Confraternização do Dia do Professor

Clube Farrapos

Os convites estarão disponíveis gratuitamente para os professores filiados à Adufrgs-Sindical – e à venda para os acompanhantes (R\$ 30) – entre 26 de setembro e 4 de outubro, nas sedes da Cidade Baixa e do Campus do Vale, mediante identificação. Não haverá disponibilidade de convites no local.

14/10 às 20hs

Homenagem ao Dia do Professor

Anfiteatro do Hospital de Clínicas

Apresentação do Coral da Adufrgs-Sindical e do Coral do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

18 e 19/10

7º Encontro dos Professores Aposentados da Adufrgs-Sindical e

2º Encontro Nacional dos Professores Aposentados do Proifes

Auditório Rembrandt - Centro de Eventos Ufrgs/Faurgs

Rua São Pedro, 663 – Gramado/RS



www.adufrgs.org.br

ORDEM E



ADufrgs
sindical